Amazônia Legal

O Mapa das Oportunidades

Governança Fundiária como garantia para investimentos sustentáveis - 2025

CONSÓRCIO INTERESTADUAL AMAZÔNIA LEGAL

Foto: bydronevideos | Amazonas

OBJETIVO DA CARTILHA

A cartilha de regularização fundiária da Amazônia Legal é criada em um contexto de avanços na construção de um diagnóstico comum e de compromissos políticos para enfrentar os desafios e mostrar o fortalecimento dos órgãos estaduais de regularização fundiária da Amazônia Legal. As discussões que antecederam a elaboração da cartilha evidenciaram a necessidade de um instrumento acessível, capaz de reunir as principais iniciativas em gestão fundiária da Amazônia Legal e, ao mesmo tempo, dar visibilidade ao empenho dos estados em apresentar soluções concretas que beneficiam a população da região e, ao mesmo tempo, promova a conservação da natureza e a produção sustentável.

Destacou-se a importância de registrar casos de sucesso, fortalecer o diálogo entre gestores e sociedade e mobilizar apoios para a construção de caminhos conjuntos. Sobretudo, a Amazônia deve ser escrita e representada por aqueles que entendem e dela fazem parte, garantindo legitimidade e sentido às narrativas que orientarão sua agenda fundiária.

A cartilha de regularização fundiária da Amazônia Legal será um instrumento acessível e didático, com caráter institucional e jornalístico, concebido a partir das especificidades da região. Seu propósito é apresentar, sob a ótica amazônica, as principais soluções em gestão pública fundiária que contribuirão para o desenvolvimento sustentável dos nove estados que compõem a Amazônia Legal. O documento pretende fortalecer a voz regional, dar visibilidade ao empenho dos estados e às iniciativas bem-sucedidas, além de fomentar diálogos estratégicos e atrair apoio para a formulação colaborativa de soluções.

Dessa forma, a presente cartilha tem como objetivo principal apresentar um diagnóstico acessível e abrangente sobre as iniciativas, soluções e resultados em gestão pública fundiária realizada pelos órgãos públicos estaduais de regularização fundiária de cada estado da Amazônia Legal. Além disso, visa:

- Registrar casos de sucesso e boas práticas na regularização fundiária na região;
- Fortalecer o diálogo entre gestores públicos, sociedade civil e outros atores relevantes, promovendo a colaboração e a construção de soluções conjuntas;
- Mobilizar apoios e recursos para a implementação de políticas e ações eficazes de regularização fundiária na Amazônia Legal;
- Contribuir para a construção de uma narrativa legítima e representativa sobre a Amazônia, valorizando a perspectiva e o conhecimento das pessoas que vivem e trabalham na região.

FICHA TÉCNICA

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Presidente
Helder Barbalho

Secretário Executivo
Marcello Brito

Diretora Executiva
Vanessa Duarte

Coordenandor Setorial de Governança Fundiária
Bruno Kono

Coordenador de Parcerias e Câmaras Setoriais
Pedro Firmo

Assessora
Beatriz Créspo Casado

Revisão
Rafaelle Silva

PRESIDENTES DE TERRAS E SECRETÁRIOS

AC - Gabriela Ramos Câmara
AP - Jorge Rafael Barbosa Almeida
AM - Renata Queiroz Pinto Mustafa
MA - Anderson Pires Ferreira
MT - Francisco Serafim de Barros
PA - Bruno Kono
RO - David Inácio dos Santos Filho
RR - Ionilson Sampaio
TO - Herbert Brito Barros (Dr. Buti)

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

Bem-vindos à Amazônia. Bem-vindos a Belém.

Em novembro de 2025, o coração da floresta amazônica recebe o mundo. Pela primeira vez, a Conferência das Partes das Nações Unidas sobre o Clima (COP30) acontece nos "pulmões do planeta", e esse encontro histórico reforça o papel da região como centro estratégico das soluções para o planeta.

A Amazônia Legal, composta por nove estados e marcada por uma riqueza singular de povos, saberes e biodiversidade, é também o espaço onde se desenham os desafios e as respostas mais concretas à crise climática.

É nesse contexto que lançamos, enquanto Consórcio, a Cartilha de Governança Fundiária da Amazônia Legal: "O Mapa das Oportunidades". A regularização fundiária, muitas vezes vista apenas como questão administrativa e local, precisa ser reconhecida como um instrumento sério e essencial para tornar reais as aspirações das políticas climáticas e viabilizar projetos estruturantes de mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Nesta COP30, queremos que o mundo conheça a Amazônia real — aquela que trabalha, inova, produz alimentos, protege rios e gera conhecimento. Queremos demonstrar que a transição climática só será justa se for também social, territorial e inclusiva.

Que este seja o marco de um novo tempo, em que o mundo compreenda que a governança fundiária é também governança climática, e que o futuro do planeta passa, inevitavelmente, pela floresta e por quem nela vive.

Que Belém inspire novas alianças e reafirme que o planeta precisa da Amazônia, mas que a Amazônia também precisa do planeta. Que esta conferência, na qual temos a oportunidade de lançar esta cartilha, não seja apenas um evento — mas um marco de compromisso, de escuta e de transformação.

Bem-vindos à Amazônia que acolhe, ensina e transforma. Com união, coragem e esperança, seguimos escrevendo, com o mundo, o futuro que queremos preservar.

Helder Barbalho
Governador do Estado do Pará
Presidente do Consórcio da Amazônia Legal

CARTA DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

Aos leitores da Cartilha,

A Amazônia Legal vive um momento decisivo. A consolidação de uma governança fundiária moderna, inclusiva e sustentável é condição essencial para o recebimento dos investimentos necessários, para o desenvolvimento regional e para o cumprimento dos compromissos climáticos e sociais assumidos pelo Brasil.

Essa Cartilha de Governança Fundiária da Amazônia Legal — ou "O Mapa das Oportunidades", como foi intitulada — é resultado de um esforço coletivo dos nove estados que compõem o Consórcio Amazônia Legal, e expressa a maturidade de uma agenda construída a muitas mãos, técnica, política e institucionalmente. Ela traduz o olhar amazônico sobre os desafios e as soluções que emergem de um território vasto e rico em diversos âmbitos, onde o direito à terra se conecta diretamente à justiça social, à conservação ambiental e à prosperidade das populações que nela vivem.

No contexto institucional do Consórcio, que tem como missão promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal de forma integrada e cooperativa para mitigar as desigualdades regionais, e como visão ser referência global em articulação, estratégia, economia verde e governança, a presente cartilha alinha-se a essa ambição maior. Ela se insere na estratégia de sistematizar políticas comuns (desde o ordenamento territorial até a articulação de instrumentos de financiamento e cooperação internacional) para que os estados amazônicos possam atuar com autonomia, integração e protagonismo no cenário nacional e global.

Não haverá a integração da Amazônia nessa nova economia verde baseada em carbono, produção sustentável e biodiversidade sem integridade fundiária. Precisamos evoluir para um processo pragmático que dê, de uma vez por todas, o direcionamento correto a essa importante agenda.

Que esta leitura inspire gestores, pesquisadores, investidores, parceiros e cidadãos a compreenderem que regularizar a terra é reconhecer direitos, reduzir desigualdades e construir o futuro da Amazônia Legal com legitimidade, segurança e esperança.

Marcello Brito
Secretário-Executivo Consórcio da Amazônia Legal

CARTA DO COORDENADOR DA CÂMARA SETORIAL DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Aos leitores da cartilha,

A Amazônia Legal vive um momento histórico da transição da "Era ausência da regularização fundiária" para a "Era da Amazônia com regularização fundiária".

Todos compartilhamos a premissa de que, consolidar uma governança fundiária moderna, efetiva e inclusiva é condição indispensável para garantir não apenas a segurança jurídica de milhares de famílias, mas também a proteção ambiental e o acesso ao financiamento climático, eixo central para a transição rumo à economia de baixo carbono e ao desenvolvimento sustentável da região.

Para isso, a participação dos Estados é fundamental, visto que o sucesso de qualquer debate, construção e a implementação de soluções sobre regularização fundiária somente será legítima e eficaz com a participação efetiva dos órgãos fundiários estaduais.

Nesse sentido, os Estados da Amazônia Legal buscaram unificar esforços por meio da Câmara Setorial de Governança Fundiária, que foi criada pelos Governadores da Amazônia Legal por reconhecerem a transversalidade do tema "regularização fundiária" e a necessidade de construir um ambiente jurídico seguro para a implementação de outros serviços públicos essenciais e atração de investimentos sustentáveis, tais como: de infraestrutura, regularização ambiental e tributária, acesso a crédito, e também as novas oportunidades trazidas pela agenda climática.

A instauração da Câmara Setorial de Governança Fundiária permitiu enxergar que os Estados da Amazônia Legal têm diversas ações positivas e exemplares que impulsionaram a regularização fundiária nas terras públicas estaduais, pensadas, planejadas e executadas por meio dos seus valorosos quadros de colaboradores experts nessa matéria, tudo com foco em construir pontes, soluções fundiárias e entregar resultados concretos para a sociedade.

Além disso, a Câmara Setorial também proporcionou o ambiente adequado para o intercâmbio de informações e conhecimentos que geram aprendizado e o aperfeiçoamento contínuo e recíproco.

Da mesma forma, é a partir dela que também são demandados outros atores nos mais diversos foros e instâncias acerca de problemas que são comuns aos Estados na busca de aprimorar a prestação desse serviço público essencial por meio de iniciativas inovadoras, tecnologia e do engajamento de gestores e das equipes de forma interinstitucional.

Em suma, esta cartilha demonstra que os Estados da Amazônia Legal promovem a regularização fundiária do Século XXI para atender as demandas e anseios da sociedade do Século XXI, cujas ações, resultados e benefícios já foram concretizados e entregues em favor de centenas de milhares de pessoas por toda região amazônica.

Serve também para demonstrar àqueles que entendem que a regularização fundiária é fundamental e querem apoiar a agenda, que é possível promover a gestão pública fundiária com segurança, modernidade, rigor técnico e jurídico, e eficiência para garantir o direito à moradia, a proteção de povos e dos recursos ambientais e, ao mesmo tempo, incentivar a produção de baixo carbono.

Por fim, como sempre falo que não se promove a regularização fundiária sozinho, em nome da Coordenação da Setorial de Governança Fundiária, agradeço e parabenizo a todos os Governadores, a Secretaria Executiva do Consórcio e todo o seu time e, em especial, os gestores públicos dos órgãos estaduais de terras, os servidores públicos que integram os seus respectivos quadros e os parceiros que nos apoiam e ajudam a avançar nessa nova era, a "Era da Amazônia com regularização fundiária".

Bruno Kono
Presidente do Instituto de Terras do Pará (ITERPA)
Coordenador da Câmara Setorial de Governança Fundiária da Amazônia Legal

O QUE ESTA CARTILHA PROPÕE

A cartilha sobre regularização fundiária elaborada pelo Consórcio da Amazônia Legal é um documento conjunto dos nove estados que possuem semelhanças e peculiaridades econômicas, culturais, sociais e ambientais, visando a compartilhar informações para a compreensão e divulgação do tema.

1 Fácil acesso: o conteúdo apresentado possui linguagem formal e de fácil compreensão, visando a acessibilidade das informações para a Língua Portuguesa e para o Inglês.

2 Compreensão da estrutura: a cartilha está organizada de forma lógica e sequencial, permitindo ao leitor acompanhar as etapas e instrumentos necessários à regularização fundiária. O material inclui exemplos práticos, casos concretos, imagens, gráficos e indicações de leitura complementar, que auxiliam na compreensão dos temas abordados.

3 Sugestão prática: recomenda-se que os agentes públicos, técnicos e demais atores envolvidos compreendam o papel dos governos estaduais e municipais, dos órgãos federais, das comunidades locais e dos proprietários de terras no processo de regularização.

4 Uso como referência: esta cartilha pode ser utilizada como ferramenta de apoio institucional pelos estados da Amazônia Legal, contribuindo para o intercâmbio políticas públicas, o planejamento de projetos de regularização fundiária, a redução de conflitos territoriais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

SUMÁRIO

Carta do Presidente do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal 4
Carta do Secretário-Executivo do Consórcio da Amazônia Legal 5
Carta do Coordenador da Câmara Setorial de Governança Fundiária da Amazônia Legal 6
O que esta cartilha propõe 8
Introdução Conceitual 11
Histórico da Governança Fundiária no Consórcio da Amazônia Legal 12
O que é Governança Fundiária? 13
Por que a Governança Fundiária é Estratégica para a Amazônia? 14
Panorama da Amazônia Legal 16
Iniciativas e Boas práticas na Regularização Fundiária na Amazônia 18
Acre - Regularização para comunidades tradicionais 19
Amapá – Integração fundiária e conservação 20
Amazonas – Tecnologia e monitoramento de terras 21
Maranhão – Projetos de segurança jurídica rural 22
Mato Grosso – Governança fundiária e agronegócio sustentável 23
Pará – Modelo de Inovação e Gestão Territorial 24
Rondônia – Avanços em destinação de terras 25
Roraima – Ordenamento em áreas de expansão agrícola 26
Tocantins – Governança e bioeconomia local 27
Quadros Estaduais 28
Acre 29
Acre – Visão de futuro 29
Amapá 30
Amapá – Visão de futuro 31
Amazonas 32
Amazonas – Visão de futuro 33
Maranhão 34
Maranhão– Visão de futuro 35
Mato Grosso 36
Mato Grosso – Visão de futuro 37
Pará 38
Pará – Visão de futuro 39
Rondônia 40
Rondônia– Visão de futuro 41
Roraima 42
Roraima – Visão de futuro 43

SUMÁRIO

Tocantins 44

Tocantins – Visão de futuro 44

Desafios a serem superados 45

Ordenamento Territorial 46

Caminhando em busca de soluções para sobreposições de direitos e conflitos fundiários 47

Buscando integração e fortalecimento dos sistemas de cadastros e monitoramento 48

Relatos Locais 49

Trilha de Soluções Conjuntas 51

Compromisso com o Futuro 54

Carta dos órgãos de terra da Amazônia Legal 54

Ferramentas e Apoio ao Leitor - Recursos adicionais 56

Contatos para denúncias 56

Aplicativos recomendados 56

Agradecimentos 57

Referências 58

Foto: Wirestock

Introdução Conceitual

Esta seção apresenta os conceitos centrais da regularização fundiária na Amazônia Legal, contextualizando o tema e sua importância para o desenvolvimento territorial e a segurança jurídica na região.

Foto: Arquivo Secom Amapá - Márcia Carmo

HISTÓRICO DA GOVERNANÇA FUNDIÁRIA NO CONSÓRCIO DA AMAZÔNIA LEGAL

A governança fundiária é um elemento central para o desenvolvimento econômico sustentável da Amazônia Legal. A segurança jurídica sobre a terra é condição essencial para atrair investimentos, fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, ampliar o acesso ao crédito e integrar conservação e produção em um mesmo território. Ao ordenar o uso da terra e valorizar os ativos ambientais e sociais da região, a regularização fundiária cria as bases para uma economia amazônica inclusiva, competitiva e de baixo carbono.

No âmbito da estrutura de governança do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, essa agenda consolidou-se como uma das mais estratégicas e estruturantes. Seu percurso teve início com a criação do Fórum de Institutos de Terras da Amazônia Legal, instituído durante o 20º Fórum de Governadores, reunindo dirigentes dos institutos e secretarias estaduais de terras com o objetivo de integrar esforços, alinhar metodologias e fortalecer as capacidades institucionais voltadas à regularização. O Fórum foi concebido como um espaço permanente de cooperação técnica e política entre os estados, buscando enfrentar desafios comuns e promover maior transparência e eficiência nos processos fundiários.

Em 2023, o Fórum foi incorporado formalmente à estrutura de governança do Consórcio, dando origem à Câmara Setorial de Governança Fundiária — uma das mais ativas do colegiado. Composta pelos presidentes dos institutos e secretários responsáveis pela política fundiária dos nove estados da Amazônia Legal, a Câmara atua como instância técnica de coordenação e construção de diretrizes conjuntas para a destinação de terras públicas, o fortalecimento da gestão territorial e a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável e à segurança jurídica no campo.

Na mesma ocasião, foi estabelecido que o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) passaria a atuar como apoiador técnico oficial da Câmara Setorial, oferecendo suporte metodológico, técnico e científico à consolidação dessa agenda e à implementação de iniciativas conjuntas entre os estados.

Ao longo desse processo, foi elaborado um levantamento sobre os principais avanços e desafios da agenda fundiária nos estados da Amazônia Legal, consolidando o estado da arte da governança fundiária na região[1]. O estudo reuniu experiências exitosas, desafios e demandas de interlocução institucional, evidenciando um ambiente de inovação para as políticas fundiárias e o fortalecimento de um ecossistema regional de governança. Nesta cartilha, são apresentados os posicionamentos e aprendizados construídos a partir desse percurso, refletindo o amadurecimento coletivo da agenda e a consolidação de uma visão integrada entre os estados para o fortalecimento da governança fundiária como vetor do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

A partir de 2022, a governança fundiária também passou a ocupar espaço de destaque na agenda internacional do clima, com a participação ativa do Consórcio e de seus estados membros nas Conferências das Partes (COPs) da Convenção do Clima. Desde a COP27, no Egito, o tema vem sendo apresentado em painéis e debates como condição essencial para a integridade ambiental dos mecanismos de financiamento climático e para o avanço de soluções baseadas na natureza. Essa presença foi reforçada na COP28 (Dubai) e seguirá sendo central na COP30 (Belém), posicionando a Amazônia Legal como referência global na integração entre governança territorial, finanças climáticas e desenvolvimento sustentável.

[1] INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). Estado da arte da governança fundiária da Amazônia Legal. Brasília: Câmara de Governança Fundiária do Consórcio da Amazônia Legal, 2024.

Essa trajetória reafirma a governança fundiária como base estruturante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, integrando ciência, gestão pública e cooperação federativa. O fortalecimento dessa agenda contribui diretamente para a implementação de políticas de ordenamento territorial, conservação e valorização dos territórios produtivos e tradicionais — pilares de uma transição econômica justa e de longo prazo para a região.

O QUE É GOVERNANÇA FUNDIÁRIA?

A governança fundiária é o conjunto de regras, políticas, processos e instituições que orientam o uso, o acesso e a gestão da terra, com o objetivo de promover o ordenamento territorial, a regularização fundiária e o desenvolvimento sustentável[2].

Conforme a Constituição Federal, a governança fundiária busca a integração de ações entre União, estados e municípios, assegurando o equilíbrio entre o direito à propriedade, o uso social e ambiental da terra e a promoção da justiça social.

Esse conceito abrange a administração de terras públicas e privadas, a resolução de conflitos, a proteção ambiental e o fortalecimento das políticas agrárias.

No Brasil, a governança fundiária é sustentada por um arcabouço jurídico que inclui, não exaustivamente:

- Constituição Federal de 1988 – artigos 5º, XXIII, art. 6º, art. 170, III, e arts. 182 a 191, que tratam da função social da propriedade, direito à moradia e reforma agrária;
- Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) – dispõe sobre o uso, a posse e a reforma agrária;
- Lei nº 11.952/2009 – regula a Regularização Fundiária na Amazônia Legal;
- Lei nº 13.465/2017 – trata da Regularização Fundiária Urbana e Rural em todo o território nacional;
- Legislação dos Estados para Regularização Fundiárias das Terras Públicas Estaduais.

A coordenação e a execução das políticas fundiárias envolvem a articulação entre a administração federal, estadual e municipal. Destaque-se:

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – responsável federal pela política fundiária, regularização de imóveis rurais e cadastro nacional de terras;
- Institutos de Terras – os Institutos de Terras estaduais atuam em cooperação com o INCRA, muitas vezes via convênios ou acordos de cooperação técnica;
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU) - responsável pela administração, gestão, regularização e conservação do patrimônio imobiliário federal, como terrenos de marinha e imóveis públicos. Entre suas atribuições estão a autorização para ocupação de imóveis, a gestão do uso de praias e rios, e a fiscalização de ocupações irregulares.

A boa governança fundiária baseia-se em princípios de transparência, participação, responsabilidade, previsibilidade e equidade, garantindo a gestão democrática do território e o acesso justo à terra e aos recursos naturais.

Uma governança fundiária eficaz é essencial para o desenvolvimento sustentável, a redução de conflitos agrários e a segurança jurídica e ambiental no país.

Conceitos-chave:

Regularização Fundiária | **Governança** | **Amazônia** | **Título de Terra**

[2] ALVES, Fábio. A Função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia. Amazônia: IPEA, 2016.

POR QUE A GOVERNANÇA FUNDIÁRIA É ESTRATÉGICA PARA A AMAZÔNIA?

A governança fundiária é estratégica para a Amazônia Legal por seu impacto direto sobre o clima, a economia, a segurança e o desenvolvimento sustentável. Por meio dela, os estados da região podem assegurar maior segurança jurídica sobre as terras, promover o desenvolvimento socioeconômico e atrair investimentos sustentáveis, contribuindo para a melhoria das condições humanas e de desenvolvimento e para a redução das desigualdades regionais.

ASPECTOS CLIMÁTICOS

A governança fundiária exerce papel decisivo na preservação ambiental e no enfrentamento das mudanças climáticas. A Amazônia abriga um dos maiores sumidouros de carbono do planeta, com florestas capazes de absorver e armazenar grandes volumes de CO_2, além de possuir uma ampla bacia hidrográfica, fundamental para a produção de água potável e energia elétrica.

Foto: Arquivo Secom Amapá - Jorge Júnior.

O fortalecimento da governança fundiária é essencial para prevenir o desmatamento[3] e a degradação florestal, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.

Além disso, é a regularização fundiária que garante a base jurídica necessária para que projetos da agenda climática relativos a pagamentos por serviços ambientais, mercados de créditos de carbono, restauração, proteção da biodiversidade, assim como modalidades de agricultura regenerativa e de baixo carbono possam ser concretizados.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Foto: Arquivo Secom Rondônia.

Rica em recursos naturais, como madeira, minérios e biodiversidade, a Amazônia tem potencial para gerar crescimento econômico sustentável. A governança fundiária contribui para que o desenvolvimento da região amazônica ocorra de forma ordenada e responsável, com benefícios diretos para as populações locais e para o desenvolvimento nacional.

No campo social, avanços no campo da governança fundiária promovem o reconhecimento de direitos, dignidade e o fortalecimento do sentimento de pertencimento das famílias ao território, ao garantir a posse legal da terra e reduzir situações de vulnerabilidade e conflito.

Para alcançar esses resultados, é indispensável o fortalecimento do arcabouço jurídico e institucional, com políticas públicas eficazes, gestão modernizada, fiscalização eficiente e cooperação entre os entes federativos.

Uma governança fundiária estruturada e com papéis institucionais bem definidos promove segurança jurídica, estabilidade territorial e confiança para investimentos, favorecendo a geração de empregos, renda e infraestrutura, desempenhando, também, papel fundamental na proteção dos direitos de comunidades amazônicas, promovendo inclusão social e redução da pobreza.

[3] Taxas de desmatamento na Amazônia Legal. Disponível em: https://shre.ink/oAWI . Acesso em: 13 out. 2025.

SÍNTESE

A Amazônia enfrenta desafios expressivos — como o desmatamento, a grilagem de terras e a exploração ilegal de recursos naturais — que não podem ser compreendidos ou enfrentados sem reconhecer que a floresta e sua população formam uma realidade indissociável. É essencial enxergar a Amazônia também como o conjunto de pessoas, culturas e modos de vida, pois conservar o território exige igualmente garantir dignidade, direitos e oportunidades a quem nele vive. Uma governança fundiária eficaz, portanto, deve articular medidas para a conservação ambiental, justiça social e desenvolvimento sustentável como partes de uma mesma condição interligada.

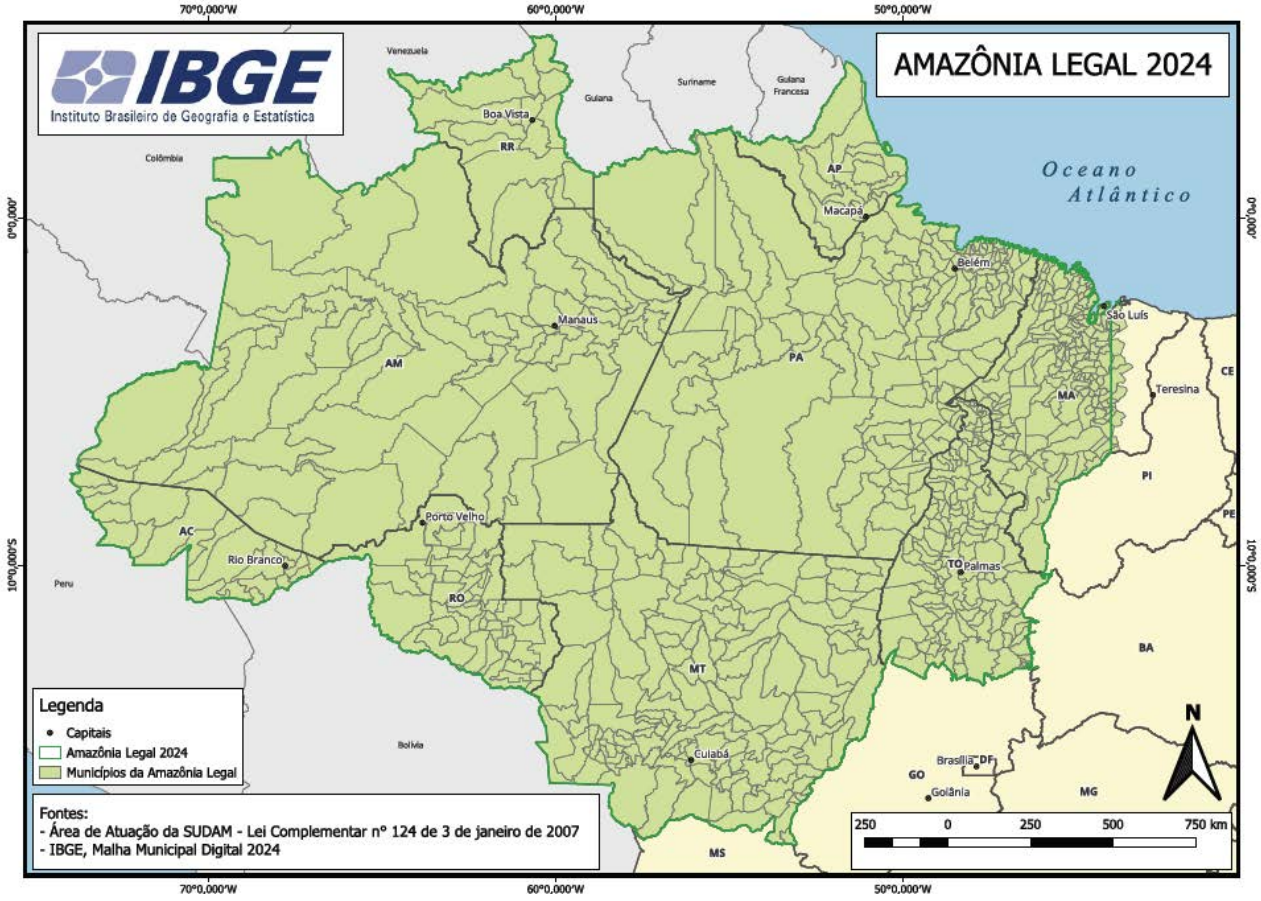
Foto: Arquivo Secom Rondônia - Daiane Mendonça

Foto: Arquivo Secom Acre.

Foto: Arquivo Secom Amapá - Ago Rocha.

PANORAMA DA AMAZÔNIA LEGAL

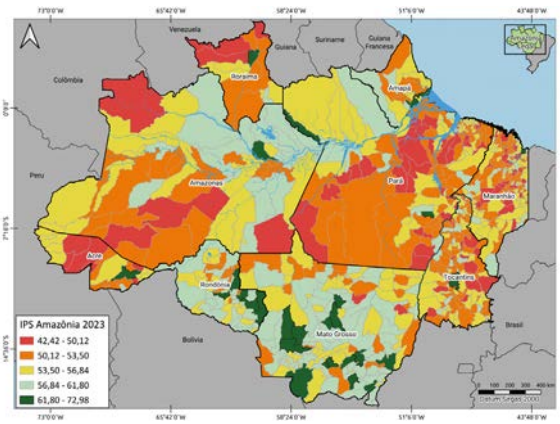
1. Mapa político da Amazônia Legal



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Mapa político dos estados da Amazônia Legal, com limites dos demais estados do Brasil e países vizinhos.

2. Mapa de índice de progresso social



		IPS AMAZÔNIA 2023 – *TIERS*					AMAZÔNIA
		1	2	3	4	5	
Área (km²)		220.002,3	1.203.625,6	1.490.798,2	1.368.323,0	747.388,1	5.030.137,2
Número de municípios		29	152	280	222	89	772
IPS Amazônia 2023		64,82	58,65	54,82	51,79	48,28	54,32
População em 2021	nº de habitantes	7.499.536	7.377.692	6.541.169	4.857.175	2.144.140	28.419.712
	% do total da Amazônia	26,4%	26,0%	23,0%	17,1%	7,5%	100,0%
PIB Real 2019	R$ bilhões	264.639.921	185.940.065	104.468.681	75.529.207	22.382.467	649.960.341
	% do total da Amazônia	40,7%	28,6	16,1%	11,2%	3,4%	100,0%
PIB *per capita* 2019 (R$/ano/hab.)		48.916,9	30.437,2	17.173,2	16.675,1	14.218,8	23.381,4
Desmatamento total até 2022 (km²)	km²	34.831,4	188.833,1	260.368,3	250.614,4	104.202,0	838.849,3
	% da área territorial do *Tier*	15,8%	15,7%	17,5%	18,3%	13,9%	16,7%
Desmatamento recente em 2020, 2021 e 2022 (% desmatamento total até 2022)		1,8%	3,2%	3,0%	5,4%	7,3%	4,2

Fonte: INCRA; SNCI (Sistema Nacional de Cadastro Imobiliário); SEEG Amazônia; bases públicas dos órgãos estaduais de terra.

Mapa mostra desempenho dos municípios da Amazônia Legal conforme as notas no Índice de Progresso Social de 2023.

Foto: Arquivo Secom Acre.

Iniciativas e boas práticas na regularização fundiária na Amazônia

Um panorama das melhores práticas fundiárias aplicadas pelos nove estados da Amazônia Legal.

Foto: Arquivo Secom Acre.

ACRE

REGULARIZAÇÃO PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS

As áreas que compõem o estado do Acre são geridas pelo Instituto de Terras do Acre (ITERACRE), autarquia estabelecida pela Lei Estadual 1.373 de 02 de março de 2001. Em 2023, o estado retomou o cadastro das áreas tituladas e regularização de processos de emissão de títulos após oito anos sem acesso ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Com a missão de levar oportunidade e dignidade social para todos, com acessibilidade aos cidadãos, o Acre atua na regulação fundiária com três programas de destaque: o "Minha Terra de Papel Passado" (para áreas rurais e urbanas), o "Igreja Legal" (para entidades religiosas) e o "ITERACRE na Sua Casa", que leva o atendimento de titulação diretamente a idosos, pessoas com mobilidade reduzida, deficientes e gestantes.

Mais de 7 mil famílias passam pelo processo de titulação. A proposta do estado é alcançar 10 mil áreas ainda em 2025 pelo Programa Minha Terra de Papel Passado, que busca desburocratizar os processos de regularização fundiária.

Além disso, o ITERACRE tem atuado em cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para destravar processos de regularização em áreas de domínio da União, como a área do aeródromo de Xapuri.[4]

[4] União entre Deracre, SPU, Iteracre e Bombeiros busca destravar áreas públicas em Xapuri. Disponível em: https://shre.ink/oAtr . Acesso em: 23 out.2025.

Foto: Arquivo Amapá Terras.

AMAPÁ

INTEGRAÇÃO FUNDIÁRIA E CONSERVAÇÃO

O estado do Amapá atravessa um momento marcante em sua política de regularização fundiária, gerida pelo Instituto de Terras do Amapá (Amapá Terras), com uma transição para a modernização e a governança digital. Com um foco em investimentos tecnológicos e na reestruturação de processos, o estado busca modernizar sistemas e fortalecer a capacidade operacional, para acelerar a entrega de títulos e o ordenamento territorial.

No âmbito rural, o estado alcançou um avanço substancial com a expedição de 100 Títulos Definitivos (TD) e 340 Documentos de Reconhecimento de Posse (DRP). Somadas, essas ações resultaram na regularização de mais de 74.045 hectares, um passo fundamental para o ordenamento territorial, o controle do uso da terra e o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor primário.

Um dos casos de maior sucesso e impacto social ocorre no Arquipélago do Bailique, onde 533 novas famílias de assentados foram homologadas junto ao Incra. Foram emitidos, ainda, 485 Termos de Autorização de Ocupação, documento provisório crucial para que os assentados acessem linhas de crédito iniciais, permitindo investimentos em suas atividades produtivas e a melhoria da qualidade de vida antes mesmo da titulação definitiva.

A frente de trabalho urbana também apresenta resultados expressivos, com a expedição de 120 títulos em áreas consolidadas, conferindo propriedade formal a centenas de moradores, permitindo o pleno exercício da cidadania. Com o título em mãos, as famílias podem acessar financiamentos para reformas, utilizar o imóvel como garantia e ter a tranquilidade da segurança jurídica, o que estimula a valorização imobiliária e a economia local.

A experiência do Amapá se consolida como um modelo replicável para outros estados, especialmente na Amazônia Legal. A metodologia de transição para a governança digital está ancorada diretamente à agenda climática e ao desenvolvimento sustentável. A identificação rápida de ocupações em áreas protegidas permite uma resposta ágil dos órgãos de fiscalização, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.

AMAZONAS

Foto: Arquivo Secom Amazonas.

TECNOLOGIA E MONITORAMENTO DE TERRAS

O estado do Amazonas exerce papel estratégico por abrigar a maior extensão de terras públicas e grande diversidade socioambiental. A Secretaria de Estado de Cidades e Territórios (SECT) atua de forma contínua na promoção da regularização fundiária em diversas regiões do Amazonas, com foco na garantia da segurança jurídica e no fortalecimento do direito à moradia.

Com resultados concretos que reforçam a segurança jurídica, a regularização de ocupações e o fortalecimento de comunidades, destaca-se o benefício às famílias atendidas com processos de regularização, garantindo acesso formal à terra e fortalecendo sua inclusão social e produtiva, além de mais de 6.500 hectares de áreas regularizadas, abrangendo tanto zonas rurais quanto urbanas, o que contribui para a redução de conflitos fundiários e para o uso sustentável do território.

Foram emitidos mais de 850 títulos definitivos registrados em cartório somente em 2025. Esses resultados demonstram o compromisso do Amazonas em alinhar regularização fundiária, conservação ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável, consolidando sua contribuição para a governança fundiária da Amazônia Legal.

O Amazonas destaca como exemplo replicável o Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana e Rural, que integra tecnologias de georreferenciamento, cadastro único de imóveis e articulação com cartórios e o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Essa experiência demonstra que é possível avançar de forma organizada e integrada na regularização fundiária, promovendo segurança jurídica, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental, e pode servir como modelo para outros estados da Amazônia Legal.

MARANHÃO

Foto: Arquivo Secom Maranhão.

PROJETOS DE SEGURANÇA JURÍDICA RURAL

A governança fundiária deu um grande salto no Maranhão nos últimos 3 anos. O Instituto de Terras saiu do papel de coadjuvante para o ator principal na política fundiária estadual. Com números expressivos na regularização fundiária, com mais de 18 mil títulos emitidos, mais de 22 mil famílias beneficiadas, entre elas 2.500 famílias quilombolas em 27 quilombos, os impactos no campo e na cidade tem mudado a realidade de muitos municípios.

Com a diretriz de que regularização fundiária e ambiental precisam caminhar juntas, o Maranhão tem mostrado em eventos regionais, nacionais e internacionais que pode ser referência no avanço da governança fundiária na Amazônia Legal com programas como o Paz no Campo, Esta Casa Agora é Minha, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o destaque do Projeto Terras para Elas, que prevê inclusão de gênero com a regularização fundiária de 2.500 famílias lideradas por mulheres, capacitação de mais 5.000 mulheres em bioeconomia e desenvolvimento sustentável.

O objetivo é dar o título da terra, promover desenvolvimento econômico sustentável e manter a floresta de pé, com mecanismos de monitoramento e controle ambiental. Aprovado por meio do Consórcio dos Governadores da Amazônia Legal, em uma parceria estratégica com o Governo Federal e a ONU Brasil, a elaboração do projeto ficou a cargo do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), e conta com o importante financiamento do Governo do Canadá, que totaliza um investimento de aproximadamente R$ 60 milhões. Desse montante significativo, o Maranhão receberá cerca de R$ 15 milhões para a execução das ações até o ano de 2026.

O Terras para Elas demonstra que a regularização ambiental e fundiária caminham juntas e que só é possível conservar o meio ambiente pelo ordenamento territorial, estímulo a práticas sustentáveis de geração de renda e inclusão dos produtos da floresta na renda das famílias, diminuindo emissões e fixando carbono.

Foto: Arquivo Secom Mato Grosso.

MATO GROSSO

GOVERNANÇA FUNDIÁRIA E AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL

O Mato Grosso participa ativamente do Programa Terra a Limpo, ação ampla de regularização fundiária nos estados da Amazônia Legal, com foco na resolução de conflitos agrários e na redução do desmatamento ilegal. Por meio do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), o Estado leva projetos de regularização para 87 municípios, com investimentos de aproximadamente R$ 72 milhões (Governo de MT e União) e R$ 900 mil do Fundo Amazônia.

Além disso, Mato Grosso também desenvolve o Programa MT Produtivo, que integra ações de regularização fundiária à promoção da produção sustentável, ampliando a segurança jurídica no campo e fortalecendo a agricultura familiar e a bioeconomia.

Essas iniciativas posicionam o Estado como protagonista na governança fundiária regional, contribuindo para a titulação de áreas, a pacificação de conflitos, o acesso ao crédito e o ordenamento territorial. Entre os destaques encontram-se:

- Terra a Limpo: regularização fundiária de imóveis em assentamentos rurais, com enfoque em agricultura familiar nos municípios da Amazônia Legal. Mais de 65 mil famílias devem ser beneficiadas no estado;
- Entrega de imóveis urbanos e rurais (Intermat +: 2019-2022): regularização e emissão de escrituras para imóveis urbanos e rurais. Mais de 12.200 imóveis regularizados no período. Escrituraram principalmente em Cuiabá e Várzea Grande; 72 municípios contemplados;
- Programa Solo Seguro: aceleração de processos, entrega de escrituras em áreas sem litígio. Em 2024, foram viabilizadas cerca de 18.000 escrituras; 20 mil processos prontos nos cartórios;
- Regularização em 7 municípios (imóveis rurais): 1.709 propriedades rurais nos municípios Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Novo Mundo, Poconé, Poxoréu e Rosário Oeste. Corresponde a cerca de 96.023 hectares a serem regularizados, com investimento de R$ 2 milhões;
- Metas e entregas de títulos entre 2019-2025: foram entregues 21.772 títulos definitivos, sendo 19.634 urbanos e 2.138 rurais.

PARÁ MODELO DE INOVAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

O estado do Pará consolidou-se como referência nacional em governança e gestão fundiária, ao adotar práticas integradas e tecnologias inovadoras que garantem transparência, celeridade e efetividade nos processos de regularização de terras. Frente aos desafios históricos de ordenamento territorial, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) implementou um modelo de gestão que alia eficiência técnica à inclusão social, promovendo segurança jurídica e desenvolvimento territorial.

Na esfera rural, o ITERPA atua de forma estratégica na regularização de terras públicas estaduais, assentamentos e glebas devolutas, utilizando o Sistema de Cadastro, Análise e Monitoramento das Fases de Regularização Fundiária (SiCARF). Esse sistema digital possibilita o acompanhamento em tempo real das etapas de regularização, ampliando a transparência e a confiabilidade das informações fundiárias. Em números, atualmente o Estado é o que mais titula em áreas rurais, e seu modelo de Gestão Territorial também foi adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A redução do tempo médio de espera para titulação, também foi um marco histórico para o fomento do desenvolvimento, antes de 2019, o tempo médio de regularização era de 10 anos, e por meio de um trabalho conjunto de qualificação de dados, estruturação técnica e jurídica, o tempo médio foi reduzido para 30 dias.

Nas áreas urbanas, o estado do Pará consolidou-se como referência nacional em gestão fundiária, sendo premiado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) pelo aprimoramento técnico e pela efetividade na Regularização Fundiária Urbana (REURB). Fundamentada na Lei Federal nº 13.465/2017, a política estadual é executada de forma articulada e inovadora, apoiando os municípios na estruturação e operacionalização de seus processos locais. Por meio da sistematização e padronização de fluxos integrados entre o estado e as prefeituras, o Pará vem otimizando prazos, reduzindo custos e ampliando a capacidade técnica municipal, o que resultou em recordes históricos de entregas de títulos de propriedade e em avanços significativos na inclusão urbana e social.

Complementarmente, o Pará ocupa posição de liderança nacional como o estado que mais regulariza comunidades tradicionais e quilombolas, reafirmando seu compromisso com uma gestão fundiária inclusiva, estratégica e de resultados. Entre 2019 e o presente, foram criados mais de 33 assentamentos estaduais e titulados 55 territórios quilombolas, beneficiando mais de 20 mil famílias e assegurando a destinação adequada e a proteção de mais de 1 milhão de hectares de terras públicas. Esses resultados traduzem uma política pública sólida, que alia planejamento, governança e justiça social, e posicionam o Pará como modelo de referência em regularização fundiária no Brasil.

Os resultados demonstram a solidez e a maturidade da política fundiária do estado do Pará, que vem se consolidando como referência nacional em governança territorial. Mais, com 43 mil imóveis regularizados, reafirmando o compromisso do Estado com a inclusão social e a segurança jurídica da propriedade.

Paralelamente, o Pará avança na preparação de cerca de 14 milhões de hectares de áreas públicas para regularização, um marco histórico que evidencia uma gestão territorial pautada em planejamento estratégico, transparência administrativa e responsabilidade pública. Essa trajetória consolida o Pará como modelo de eficiência e inovação na política fundiária brasileira, transformando a regularização em instrumento efetivo de cidadania e desenvolvimento sustentável.

RONDÔNIA

AVANÇOS EM DESTINAÇÃO DE TERRAS

Foto: Arquivo Secom Rondônia - Arthur Amaral.

O estado de Rondônia possui 7.220 famílias beneficiadas com a entrega de títulos registrados e 12.236 áreas regularizadas. Como principais iniciativas, destaca o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Incra, que fortalece a integração entre as esferas federal e estadual para avançar na regularização fundiária; e os convênios estabelecidos com os municípios, que ampliam as ações e asseguram maior eficiência na execução das políticas públicas que integra de forma inovadora os eixos de Regularização Fundiária, Gestão Ambiental e Economia Sustentável. Juntas, essas iniciativas representam uma estratégia consistente de ordenamento territorial, combate ao desmatamento, fortalecimento da segurança jurídica e promoção do desenvolvimento sustentável em Rondônia.

A Sepat Sobre Rodas é um ônibus itinerante estruturado pela Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária (Sepat), leva serviços e suporte técnico às missões realizadas nos municípios, aproximando o governo da população e garantindo mais agilidade e efetividade nas ações.

Os projetos de Reurb Urbana, com destaque para os 15 Projetos de Regularização Fundiária protocolados junto à Prefeitura de Porto Velho (capital do Estado), abrangem cerca de 12 a 15 mil famílias a serem beneficiadas.

Programa Regulariza Rondônia - Programa Estadual concebido como uma política pública estruturada, atualizada e cooperativa. O novo programa propõe a celebração de convênios de cooperação técnica com os 52 municípios rondonienses, oferecendo suporte técnico e operacional, jurídico e operacional para impulsionar a regularização fundiária urbana.

A regularização fundiária rural, é um dos principais instrumentos à disposição do poder público para o combate ao desmatamento e às queimadas, dois fatores centrais que contribuem para as mudanças climáticas em escala local e global. Nesse sentido, uma das ações mais assertivas da Sepat é a execução, em parcerias, do projeto Microbacia do Rio Palmeiras: Mitigação e Adaptação às Alterações no Clima, que representa uma atuação consistente de enfrentamento e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no município de Espigão D'Oeste, promovendo ao mesmo tempo, estabilidade jurídica, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Foto: Arquivo Secom Roraima.

RORAIMA

ORDENAMENTO EM ÁREAS DE EXPANSÃO AGRÍCOLA

Roraima destaca a elaboração e aprovação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-RR) como um avanço na gestão territorial do estado. Instrumento fundamental para a agenda climática, a segurança jurídica e o desenvolvimento sustentável, o ZEE orienta o uso do território com base em critérios ambientais e sociais, compatibilizando desenvolvimento econômico com a conservação da natureza e promovendo um planejamento territorial que gera confiança e previsibilidade para investimentos e políticas públicas. Ele integra o território com diretrizes de sustentabilidade, alinhando-se aos objetivos da Agenda 2030 da ONU e promovendo a redução de conflitos e a proteção da biodiversidade.

Na Agenda Climática, o ZEE direciona o uso da terra para atividades que respeitem o equilíbrio ecológico, evitando o desmatamento e as queimadas e incentivando práticas sustentáveis, o que contribui diretamente para os objetivos de redução de emissões e adaptação às mudanças climáticas. Ao delimitar áreas de preservação e uso sustentável, o ZEE garante a proteção de ecossistemas vitais para o clima, como a biodiversidade da Amazônia, cruciais para o balanço climático regional e global.

Com relação à Segurança Jurídica, o ZEE fornece um quadro técnico e legal claro para as decisões sobre o uso do território, orientando o poder público e os agentes privados sobre quais atividades são permitidas em cada zona. Ele subsidia a formulação de políticas públicas e o planejamento de investimentos, garantindo que as ações sejam coerentes e alinhadas com as diretrizes de desenvolvimento sustentável, o que confere mais segurança e transparência às atividades no estado.

No desenvolvimento sustentável, o documento busca harmonizar os pilares econômico, social e ambiental, promovendo o uso adequado dos recursos naturais e o respeito à qualidade de vida. Por meio de informações técnicas e georreferenciadas, o ZEE orienta a ocupação do território, a conservação de áreas e o desenvolvimento de atividades econômicas que sejam compatíveis com as potencialidades e vulnerabilidades da região. Ao integrar o uso do solo com a conservação ambiental e o desenvolvimento social, o ZEE promove um planejamento responsável que busca garantir a qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Foto: Arquivo Secom Tocantins.

TOCANTINS

GOVERNANÇA E BIOECONOMIA LOCAL

O estado de Tocantins exalta que, apenas em 2024, mais de 40 mil hectares de terras foram regularizados, incluindo emissão de títulos definitivos, licenças de ocupação, convalidações e outros serviços. Já 2025 (dados coletados até o mês de abril), já foram regularizados mais de 7 mil hectares de terras, mais de 30 títulos entregues e cerca de 50 famílias beneficiadas.

Em 2025 os municípios mais beneficiados pela política de regularização fundiária foram: Santa Rosa, Paranã, Palmas, São Valério, Brejinho de Nazaré, Taguatinga, Monte do Carmo, Natividade, Chapada da Natividade, Campos Lindos, Wanderlândia e Rio Sono.

Este ano, o Instituto de Terras de Tocantins (ITERTINS) entregou mais títulos definitivos para a comunidade remanescente quilombola do Matão, no município de Conceição do Tocantins. Foram cerca de 750 hectares de terras regularizadas. O ITERTINS, em parceria com outros órgãos estaduais (Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais, Secretaria da Igualdade Racial, Tocantins Parcerias), realiza esse trabalho em atenção às demandas da comunidade.

Como destaque, Tocantins celebra a realização do projeto de regularização de um município a partir do apoio da Prefeitura Municipal, por meio de um acordo de cooperação técnica firmado entre o governo estadual e municipal.

Na segurança jurídica, as ações reduzem os conflitos fundiários, promovendo uso sustentável da terra e contribuindo para a conservação ambiental e inclusão social.

Quadros estaduais

Esta seção revela como cada estado se posiciona nas ações fundiárias, destacando os principais desafios e apontando caminhos para uma gestão que impulsione o desenvolvimento regional.

ACRE

Foto: Arquivo Secom Acre.

O Acre tem avançado com firmeza na construção de um ordenamento territorial sólido e socialmente inclusivo. Embora ainda enfrente desafios estruturais importantes — como a consolidação da infraestrutura fundiária e a definição precisa de limites — o estado tem demonstrado comprometimento e capacidade técnica ao implementar programas de grande alcance social voltados à titulação em massa e à promoção da inclusão produtiva.

Os desafios da governança fundiária no Acre são reconhecidos e tratados com seriedade, de forma integrada às políticas de desenvolvimento sustentável. As dificuldades na delimitação de propriedades e na retificação de matrículas vêm sendo enfrentadas com soluções conjuntas entre órgãos estaduais, cartórios e instituições parceiras, fortalecendo a segurança jurídica e criando um ambiente mais favorável à atração de investimentos, ao acesso a financiamentos e à resolução de conflitos agrários. Essa atuação coordenada reforça o compromisso do estado com a conservação ambiental, a bioeconomia e a adaptação às mudanças climáticas.

Com foco em resultados concretos e no impacto direto na vida das pessoas, o Acre vem executando programas estratégicos e inovadores, como o Programa "Minha Terra de Papel Passado", o Programa "Igreja Legal" e o Programa "Iteracre na sua Casa" — iniciativas que refletem uma visão moderna de governança fundiária, baseada na inclusão social, na eficiência administrativa e na sustentabilidade territorial.

VISÃO DE FUTURO

A principal visão do estado do Acre é "deixar de ser uma terra de posseiro e passar a ser uma terra de proprietários" conforme as diretrizes dos artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988.

É claro para o estado acreano que há uma necessidade de modernização para otimizar os fluxos de trabalho e melhorar o atendimento. Além disso, a capacitação de equipes com novas ferramentas de trabalho e a aquisição de mais tecnologia, serviços e equipamentos públicos também são meios para viabilizar a regularização fundiária plena, especialmente pensando em uma metodologia regional que dê voz às comunidades, em toda a sua pluralidade e especificidades locais.

É com esses olhos que se enxerga o diálogo e parceria entre instituições como um dos mais essenciais investimentos para melhoria das políticas públicas na área da governança fundiária, trazendo equilíbrio, oportunidade, acessibilidade e, principalmente, dignidade à sociedade assistida.

AMAPÁ

Foto: Arquivo Secom Amapá.

O Amapá enxerga a contribuição específica para o avanço da governança fundiária da Amazônia Legal como um todo em três frentes principais: atuando como laboratório de inovação; promovendo a padronização técnica; e fortalecendo a voz política regional por meio da cooperação interestadual.

O principal diferencial reside na experiência na implementação de um modelo de titulação de terras focado na utilização intensiva de tecnologia, por meio do Projeto Regula+, com digitalização completa na utilização de um processo de regularização fundiária 100% digital para áreas rurais desde a entrada do pedido até a emissão do título.

Através do Consórcio Amazônia, o estado cumpre um papel fundamental na articulação política. Com voz ativa em Brasília, o Amapá leva a experiência de campo para defender, junto ao Congresso Nacional e órgãos federais (Incra, SPU), as alterações normativas e ajustes legais que são cruciais para a realidade amazônica. Além disso, o estado vê nesta oportunidade uma construção de soluções técnicas conjuntas e padronizadas, transferência de tecnologia, captação de recursos e atração de investimentos. A cooperação, portanto, é uma linha de atuação estratégica.

O estado reconhece a necessidade de uma reforma administrativa e planeja a realização de Processos Seletivos Simplificados (PSS) para suprir a carência emergencial de técnicos. Vê ainda como crucial estabelecer mecanismos legais que obriguem e acelerem o registro dos Termos de Doação das glebas transferidas da União aos Estados pelos Cartórios de Registro de Imóveis.

Também ressalta a importância de promover ajustes normativos que uniformizem os procedimentos de análise documental e georreferenciamento e interpretação entre as normativas estaduais e federais.

Estima, ainda, a exigência legal da plena interoperabilidade entre as bases de dados federais (CAR, SIGEF) e os sistemas estaduais (SiCARF), criando um ambiente de dados único e transparente que impeça fraudes e sobreposições antes mesmo que o processo de regularização se inicie.

Foto: Arquivo Amapá Terras.

Foto: Arquivo Amapá Terras.

VISÃO DE FUTURO

A visão e a aspiração do Amapá para o futuro em relação ao ordenamento territorial é atingir a Governança Fundiária Plena e Integrada, que sirva como alavanca fundamental para a agenda de desenvolvimento sustentável e bioeconomia da Amazônia. A aspiração do estado se resume em três eixos estratégicos para os próximos anos:

1. Governança Digital Consolidada e Transparente para que o Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária (SiCARF), turbinado pelo Projeto Regula +, se torne um sistema de gestão de terras totalmente digital, transparente e preditivo.
   A meta é zerar pendências de análise, garantindo que o tempo médio de titulação seja drasticamente reduzido. Almeja também a plena interoperabilidade do sistema estadual com o CAR, SIGEF , tornando o Estado um polo de dados confiáveis para investidores e para o monitoramento ambiental.

2. Território Ordenado e com Destinação Final, onde todas as áreas públicas estejam devidamente delimitadas e destinadas. Com a segurança da posse, garantir que a maior parte dos ocupantes tradicionais e pequenos produtores tenha seu título de propriedade (TD) ou instrumento de posse (DRP).

3. Fomento à Bioeconomia e Crédito Verde como catalisador para a economia sustentável. Por meio da segurança jurídica conferida pelos títulos e Termos de Autorização de Ocupação, aspiramos a liberar o potencial de acesso ao crédito (crédito verde e financiamentos) para as 533 novas famílias homologadas e para os demais produtores regularizados.

Um território com limites definidos e gestão transparente atrai investimentos privados em cadeias de valor da bioeconomia, garantindo a certificação de origem e o desenvolvimento econômico de baixo carbono.

Em resumo, a aspiração é que a terra deixe de ser um problema de conflito e passe a ser um ativo de desenvolvimento para o estado e para toda a Amazônia Legal.

AMAZONAS

Foto: Arquivo Secom Amazonas.

O avanço do ordenamento territorial do Amazonas, estado de grandes proporções e complexidades específicas, está diretamente ligado à necessidade de mudanças institucionais e legais, para transformar o cenário de governança em um modelo eficiente e inclusivo.

O Amazonas abriga a maior extensão de terras públicas e grande diversidade socioambiental. Sua contribuição ocorre por meio de destinação de florestas públicas não destinadas, reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais e promoção da bioeconomia e uso sustentável.

A Secretaria de Estado de Cidades e Territórios (SECT) atua na promoção da regularização fundiária em diversas regiões do Amazonas, com foco na garantia da segurança jurídica e no fortalecimento do direito à moradia. No momento, as ações em andamento abrangem as seguintes localidades:

- Urucurituba – Área de 368,63 hectares: ações técnicas em curso para fins de regularização fundiária, com apoio da gestão municipal.
- Itapiranga – Área de 4.454,71 hectares: trabalhos sendo executados com vistas à futura regularização de área rural, em parceria com a Prefeitura.
- Novo Airão – Área de 2.034 hectares: processo de regularização em andamento, com avanços na análise da situação fundiária.
- Mundo Novo (Manaus) – Área de 54.073,85 m²: ações técnicas em andamento para consolidação da regularização fundiária.
- Vale Sinai (Manaus) – Área de 87.764,99 m²: regularização fundiária já concluída.
- Monte Sinai (Manaus) – Área de 13.035,92 m²: regularização fundiária finalizada.

As ações estão alinhadas às diretrizes do Programa Amazonas Meu Lar e da Lei Estadual nº 3.804/2012, reafirmando a cidadania, o ordenamento territorial e a legalização de ocupações históricas em todo o Amazonas.

Foto: Arquivo Secom Amazonas.

Foto: Arquivo Secom Amazonas.

VISÃO DE FUTURO

O estado do Amazonas aspira a um ordenamento territorial plenamente integrado, seguro e sustentável, que sirva como base para o desenvolvimento econômico, a conservação ambiental e a inclusão social na região.

A visão do estado é consolidar uma gestão fundiária que seja:

- Clara e segura juridicamente: com regularização de terras urbanas e rurais, emissão de títulos definitivos e redução de conflitos fundiários;
- Sustentável e ambientalmente responsável: que proteja florestas, conserve biodiversidade e contribua para a mitigação das mudanças climáticas;
- Inclusiva e socialmente justa: garantindo direitos territoriais a indígenas, ribeirinhos, quilombolas e agricultores familiares;
- Tecnologicamente avançada e integrada: com uso de georreferenciamento, monitoramento por satélite e sistemas interoperáveis entre cadastros municipais, estaduais e federais.

O Amazonas busca que esse modelo de ordenamento territorial sirva de referência replicável para outros estados da Amazônia Legal, promovendo governança fundiária eficiente, desenvolvimento sustentável e equilíbrio entre conservação ambiental e bem-estar das populações locais.

MARANHÃO

Foto: Arquivo Secom Maranhão - Handson Chagas.

A governança fundiária avança no Maranhão. O Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) atua diretamente na política fundiária estadual.

O ITERMA possui um amplo acervo fundiário digital via malha fundiária própria, com dados das áreas públicas estaduais e federais, áreas destinadas e reservas ambientais.

Atualmente, todo processo de regularização fundiária é feito através do SiCARF, plataforma digital de cadastramento, análise e destinação de terras públicas estaduais.

O Maranhão apresenta mais de 18 mil títulos emitidos e mais de 22 mil famílias beneficiadas, entre elas 2.500 famílias quilombolas em 27 quilombos., por meio do programa Paz no Campo, lançado em 2023 e considerado o maior ator de regularização fundiária rural da história do estado. São 242 mil hectares de terras destinadas, 350 mil hectares de glebas estaduais arrecadadas e regularizadas e 141 mil hectares de terras griladas retomadas ao patrimônio público. Esses resultados foram reconhecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que deu ao programa Paz no Campo o título de melhor regularização fundiária rural do Brasil, com o prêmio Solo Seguro.

O Programa Esta Casa Agora é Minha, lançado em 2024, já beneficiou mais de 5 mil famílias, com previsão de chegar a 10 mil famílias até o final do ano de 2025. Visa a regularização fundiária de núcleos urbanos nas cidades e no campo.

O Projeto Terras para Elas, aprovado e financiado pelo Fundo Brasil (ONU), prevê garantia do acesso à terra e a segurança jurídica para famílias lideradas por mulheres, fundamentais para a implementação de atividades produtivas sustentáveis.

As ações previstas são abrangentes e transformadoras: a emissão de 2.500 títulos de terras, assegurando a propriedade e o controle sobre seus meios de produção; a capacitação de 5.000 mulheres em bioeconomia, manejo sustentável e empreendedorismo feminino, promovendo o desenvolvimento de habilidades e a geração de renda; a promoção contínua da autonomia econômica das mulheres, criando oportunidades e fortalecendo sua participação em diversas cadeias produtivas; e a implantação de um sistema de monitoramento fundiário e fiscalização ambiental, com o uso de tecnologia de ponta e a capacitação de agentes comunitários, visando a proteção dos recursos naturais e uma gestão territorial eficiente.

Foto: Arquivo Secom Maranhão.

Foto: Arquivo Secom Maranhão.

VISÃO DE FUTURO

A visão do Maranhão para o seu ordenamento territorial é centralizada no fortalecimento da capacidade operacional interna e a construção de alianças com os demais estados da Amazônia Legal. A aspiração é transformar o cenário de insegurança jurídica e conflitos históricos em um modelo de governança fundiária eficiente, que garanta o direito à terra, promova o desenvolvimento sustentável e consolide o estado como um ator relevante na governança fundiária.

A partir da captação de mais recursos externos, financeiros e técnicos, para subsidiar a expansão da capacidade do ITERMA, o Maranhão espera aumentar a arrecadação e regularizar todas as terras estaduais, fazendo a destinação para quem está na posse.

Fotos: Arquivo Secom Maranhão.

MATO GROSSO

Foto: Arquivo Secom Mato Grosso.

O Mato Grosso apresenta avanços relevantes na agenda de regularização fundiária, mas ainda enfrenta desafios. Conforme o Diagnóstico da Amazônia Legal (2023), o estado já possui instrumentos legais consolidados como Lei de Terras, decretos e instruções normativas, sistemas digitais de regularização fundiária em operação e iniciativas de padronização de procedimentos, o que o coloca em posição de destaque em relação a outros da região.

O estado combate as mesmas dificuldades dos demais membros na morosidade de processos de titulação e em burocracias cartoriais. O maior obstáculo para a celeridade da regularização fundiária na região costuma residir nos entraves causados pela complexidade do sistema e suas múltiplas interpretações legais da norma. O Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) busca a simplificação de trâmites legais e regulatórios, reduzindo exigências cartoriais ou normativas que geram entraves desnecessários.

A ausência de um sistema unificado e a falta de integração entre os cadastros rurais das diversas instituições públicas, do âmbito federal, estadual e municipal, geram sobreposição de áreas, descrições vagas e insegurança jurídica, o que vem sendo endereçado com a devida cautela pelo estado.

O sucesso em regularizar 'pequenos' de forma gratuita (áreas e registro), ajuda no desenvolvimento ambiental e social. Ademais, um imóvel 100% regular traz benefícios à gestão dos recursos ambientais do estado, tal como facilita o fluxo da cadeia produtiva e acesso a crédito, fixando o homem no seu espaço.

Foto: Arquivo Secom Mato Grosso.

Foto: Arquivo Secom Mato Grosso.

VISÃO DE FUTURO

Mato Grosso se enxerga como um estado seguro e promissor para investimentos, combinando oportunidades econômicas com responsabilidade ambiental.

Para o futuro, políticas que incentivam inovação, práticas sustentáveis e desenvolvimento integrado são as iniciativas que o estado oferece para a promoção de um ambiente favorável para negócios, infraestrutura sólida e crescimento estratégico.

Foto: Arquivo Secom Mato Grosso.

PARÁ

Foto: Arquivo Secom Pará.

O estado do Pará enfrenta desafios históricos relacionados à ocupação irregular e aos conflitos fundiários. Entretanto, tem se consolidado como referência nacional na modernização da gestão e da regularização fundiária, destacando-se por transformar a complexa realidade territorial amazônica em modelos eficientes de governança, integração de dados e transparência pública.

Reconhecido por sua liderança e pioneirismo na Regularização Fundiária, o Pará administra um dos maiores volumes de processos do país, resultado direto de sua vasta extensão territorial e do acúmulo de demandas históricas. Mesmo diante de tal complexidade, o estado tem promovido avanços estruturantes que integram tecnologia, planejamento e inclusão social em uma política pública sólida e de longo alcance.

Por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o Governo Estadual vem modernizando seus instrumentos de gestão e criando mecanismos integrados de controle, monitoramento e análise fundiária, com base na interoperabilidade de informações provenientes de diferentes origens — cartográficas, jurídicas, cadastrais e socioeconômicas. Essa integração de bases é fundamental para assegurar segurança jurídica, reduzir sobreposições e subsidiar decisões estratégicas relativas ao uso e à destinação das terras públicas.

O Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária (SiCARF) constitui um marco nesse processo. A plataforma permite o acompanhamento detalhado de todas as etapas da regularização — desde o levantamento técnico inicial até a emissão dos títulos — garantindo rastreabilidade, transparência e eficiência administrativa. Por meio do SiCARF, o Pará transformou dados dispersos em informações estratégicas de gestão, consolidando-se como referência nacional replicável em diversos estados brasileiros e como plataforma reconhecida pelo Governo Federal, utilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Os resultados alcançados na Regularização Fundiária Rural também são expressivos. Milhares de títulos definitivos e provisórios foram expedidos, beneficiando famílias de áreas rurais e urbanas, comunidades tradicionais e produtores de diferentes portes. O olhar sensível do Estado para a titulação coletiva reafirma o compromisso do Pará com a justiça social, a preservação cultural e o fortalecimento das formas comunitárias de ocupação e pertencimento.

Esses avanços somente foram possíveis graças à compreensão da malha fundiária estadual e ao esforço em identificar e caracterizar os diversos atores envolvidos. Esse conhecimento permitiu ao estado alcançar resultados inéditos na arrecadação e destinação de terras públicas, conduzindo tais ações de maneira planejada e responsável, assegurando o uso social e produtivo das áreas, fortalecendo o patrimônio público e ampliando a capacidade institucional de implementação de políticas de ordenamento territorial.

Com essas ações, o Pará demonstra que somente por meio da regularização fundiária moderna, integrada e baseada em dados confiáveis é possível enfrentar os problemas históricos da Amazônia, como a grilagem, a insegurança jurídica e a desigualdade no acesso à terra.

O fortalecimento institucional contínuo, aliado à tecnologia e à cooperação entre Estado e municípios, consolida o Pará como modelo de governança fundiária no Brasil, reafirmando seu papel estratégico na agenda nacional de desenvolvimento, cidadania e justiça social.

VISÃO DE FUTURO

A visão do estado do Pará é alcançar um ordenamento territorial pleno e inteligente, onde cada porção do território tenha um uso definido, legal e sustentável. Aspira-se a um futuro com:

- valorização crescente da regularização fundiária;
- valorização e fortalecimento nacional dos órgãos estaduais de terras;
- crescentes soluções em inovação e tecnologia fundiária;
- aumento da acessibilidade e previsibilidade da regularização fundiária;
- digitalização dos cartórios de registro de imóveis;
- integração do SiCARF com os cartórios de registro de imóveis;
- integração do SiCARF com programas de acesso ao crédito e ABC;
- processos de regularização fundiária e regularização ambiental integrados;
- investimentos públicos e privados robustos para a estruturação de órgãos de terras e ações de regularização fundiária em escala;
- investimentos em "Educação Fundiária";
- Criação do Sistema e da Secretaria Nacional de Regularização Fundiária;
- aprovação da Política Nacional de Governança Fundiária.

Foto: Arquivo Secom Pará.

RONDÔNIA

Foto: Arquivo Secom Rondônia.

A cultura de regularização em Rondônia vem sendo construída com determinação e esforço contínuo, considerando a história recente do estado enquanto unidade federativa. Nesse processo, Rondônia tem buscado superar entraves históricos que dificultam a regularização, sobretudo no meio rural, consolidando uma trajetória de fortalecimento institucional e modernização dos instrumentos de gestão territorial.

O estado reconhece sua contribuição específica para o avanço da governança fundiária da Amazônia Legal por meio do aperfeiçoamento de sua política de regularização, estruturada com base em inovação tecnológica, segurança jurídica e transparência. Atualmente, utiliza o Geo Portal, sistema municipal de informações urbanas e territoriais de Porto Velho, como ferramenta de apoio às ações de regularização. Complementarmente, são realizadas consultas às bases da União para subsidiar análises e instruir processos.

Com vistas ao fortalecimento da governança e à integração de dados, a Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária (Sepat) encontra-se em fase de implantação do Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária (SiCARF), que permitirá a unificação das informações produzidas pelos diferentes setores da Secretaria e pelos entes municipais. O sistema abrangerá tanto as áreas de Patrimônio quanto de Regularização Fundiária, urbana e rural. Paralelamente, o estado avança no desenvolvimento de sua base cartográfica, etapa fundamental para a consolidação de uma gestão fundiária moderna e integrada.

Rondônia entende que é essencial reconhecer a regularização fundiária como instrumento de proteção ambiental, buscando ampliar seu acesso a fontes diversificadas de financiamento, como o Fundo Amazônia e o Fundo Brasil-ONU, a fim de garantir os recursos necessários à sustentabilidade dessa agenda estratégica.

Para acelerar esse processo, o estado reconhece a importância de aprimoramentos institucionais e legais, como a ampliação da estrutura da Sepat, a criação de um corpo técnico efetivo e multidisciplinar, e o estabelecimento de um orçamento anual estável e suficiente para dar continuidade às ações. Também se destaca a necessidade de melhor integração normativa com outras políticas públicas, de modo a reduzir sobreposições, simplificar procedimentos e tornar os processos mais ágeis e eficientes.

O fortalecimento institucional e financeiro da Sepat é, portanto, prioridade para Rondônia, assegurando infraestrutura adequada, equipes permanentes e capacidade técnica para implementar uma política fundiária sólida e contínua. Esse fortalecimento permitirá, inclusive, ampliar a cooperação com parceiros nacionais e internacionais, consolidando a regularização fundiária como uma agenda de Estado, estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a segurança jurídica na Amazônia.

VISÃO DE FUTURO

O estado de Rondônia conta com 102 glebas federais em seu território. A meta é realizar a transferência de 40 glebas, correspondendo a 13,68% da área estadual, no prazo de 13 anos, garantindo a regularização fundiária e a adequada destinação das áreas.

Na arrecadação de Área Devoluta em estudo, a situação atual de Rondônia marca 1.642.925,1274 hectares de área devoluta, totalizando 108 áreas. O objetivo do estado é arrecadar, em 5 anos, um total de 1.642.925,1274 hectares de áreas devolutas, promovendo a incorporação dessas áreas ao patrimônio estadual e viabilizando sua destinação econômica e social, áreas que não seja por arrecadação judicial.

Atualmente, Rondônia conta com 49 unidades de conservação, das quais apenas 3 estão registradas no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF). A proposta é que, por ano, sejam regulamentadas 5 unidades, registradas no SIGEF, fortalecendo a gestão ambiental e a proteção dos ecossistemas.

Além disso, o estado de Rondônia promoverá a terceira aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico, consolidando o planejamento territorial. A meta é contratar empresa especializada para elaborar o zoneamento e publicar lei complementar que formalize as zonas, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento regional equilibrado.

Foto: Arquivo Secom Rondônia.

RORAIMA

Foto: Arquivo Secom Roraima.

Coordenada pelo Instituto de Terras e Colonização de Roraima (ITERAIMA), a regularização fundiária do estado de Roraima tem papel estratégico e contributivo por quatro vetores complementares: casos-piloto e boas práticas técnicas; coordenação regional e compartilhamento de dados; promoção de instrumentos econômicos sustentáveis; e mediação de conflitos e segurança jurídica.

Ao implementar instrumentos pioneiros como o Zoneamento Ecológico-Econômico estadual robusto, cadastro georreferenciado e sistemas digitais de gestão territorial, o Estado oferece modelos replicáveis para outros entes da Amazônia, reduzindo custo de curva de aprendizado.

O fornecimento de bases geoespaciais padronizadas como mapas, cadastro e limites de uso, e participação em plataformas regionais fortalece interoperabilidade e diagnósticos binacionais/trinacionais quando necessário.

Roraima pode operacionalizar mecanismos de pagamento por serviços ambientais, arranjos para certificação de produtos da bioeconomia e projetos demonstrativos de infraestrutura de baixa pegada de carbono que sirvam de referência.

Fortalecendo cadastros, regularização fundiária e procedimentos de titulação, o Estado contribui para reduzir conflitos que travam o desenvolvimento sustentável na região.

Entre os mecanismos acionáveis estão programas de cooperação técnica, participação ativa em fóruns da Amazônia Legal, protocolos de intercâmbio de dados e projetos regionais de financiamento conjunto.

Por meio do Programa Aqui Tem Dono, Roraima regulariza áreas urbanas e rurais a partir da regularização das 32 glebas repassadas pela União ao Estado nos anos de 2009, 2018 e 2021. O estado já emitiu 18.260 títulos urbanos e 3.740 títulos rurais, totalizando 22.000 títulos. Vale ressaltar que cerca de 85% dos títulos emitidos foram em áreas menores que 4 módulos fiscais, beneficiando cerca de 54.597 pessoas na área urbana e 11.183 nas áreas rurais.

O estado vê a necessidade de atualizar a Lei de Terras, orientar os demais gestores e legisladores a fim de reduzir a pressão política nas decisões técnicas e implantação do SiCARF. No apoio, ressalta a busca por financiamento para atualização da Base cartográfica de 1:25.000 da área livre do estado, o levantamento topográfico compatível e atualização dos mapas temáticos do ZEE, e uma consultoria aos estados para revisão de seus arcabouços legais na gestão territorial para existir legislações compatíveis visando a diminuição de conflitos.

VISÃO DE FUTURO

A visão de Roraima é consolidar-se como referência nacional em governança fundiária e ordenamento territorial, assegurando segurança jurídica, sustentabilidade ambiental e bases sólidas para o desenvolvimento econômico. A aspiração do estado está estruturada em quatro eixos estratégicos:

1. Governança fundiária moderna e digitalizada

- Com a plena implantação do SiCARF, o estado terá um sistema integrado, transparente e confiável de cadastro de imóveis rurais e urbanos;
- isso permitirá que a regularização fundiária ocorra de forma célere, garantindo segurança jurídica a produtores, comunidades tradicionais e investidores. A interoperabilidade com registros cartoriais e cadastros federais assegurará maior confiabilidade nos processos.

2. Base cartográfica e topográfica de alta precisão

- A atualização da base cartográfica em escala 1:25.000 e da topografia permitirá que o estado disponha de informações territoriais confiáveis para subsidiar políticas públicas, reduzir conflitos de uso do solo e orientar investimentos em infraestrutura e bioeconomia;
- os mapas temáticos do ZEE, atualizados nessa mesma escala, vão fortalecer a gestão do território com dados científicos robustos, facilitando decisões sobre vocações produtivas, conservação e adaptação climática.

3. Integração do ordenamento com a agenda climática e de desenvolvimento sustentável

- O ordenamento será instrumento para consolidar o ZEE como política de Estado, alinhando uso econômico do solo com conservação ambiental e mitigação de riscos climáticos;
- permitirá a expansão de cadeias produtivas sustentáveis, bioeconomia e projetos de crédito de carbono, além de facilitar o acesso a fundos nacionais e internacionais de financiamento climático;
- a base territorial atualizada apoiará a adaptação climática por meio da definição de áreas prioritárias para restauração, preservação de mananciais e proteção de comunidades vulneráveis.

4. Visão de longo prazo para inclusão e competitividade

- O objetivo é transformar Roraima em um estado socialmente inclusivo, onde famílias assentadas, povos indígenas, comunidades tradicionais e empreendedores tenham segurança para investir e prosperar;
- o estado aspira também ser competitivo na atração de investimentos verdes, com cadeias produtivas rastreáveis, infraestrutura planejada e integração às políticas nacionais e regionais da Amazônia Legal;
- a governança territorial será baseada em cooperação interinstitucional (ITERAIMA, FEMARH, TJRR, universidades, órgãos federais e cartórios) e em diálogo social, garantindo legitimidade às decisões.

TOCANTINS

Por meio do Instituto de Terras de Tocantins (ITERTINS), o estado planeja e executa a política fundiária. A regularização traz segurança jurídica para que a população possa investir nas suas terras com confiança.

Em razão de a sede do ITERTINS estar localizada em Palmas, o órgão realiza um trabalho de promover atendimentos em outros municípios do Estado, para as pessoas que estão com pendências ou dúvidas no processo de regularização de suas terras.

Foto: Arquivo Secom Tocantins.

Cada vez mais bem-sucedido em descentralizar os atendimentos, democratizando seu acesso à população, um dos desafios que o estado espera enfrentar, agora, é a substituição dos processos físicos via digitalização.

O Tocantins contribui com a governança fundiária da Amazônia Legal por meio da regularização de áreas rurais, integração de sistemas geoespaciais e fortalecimento institucional do ITERTINS. O estado atua como articulador regional, compartilhando metodologias, dados e experiências que podem ser replicadas por outros entes federativos, promovendo segurança jurídica, inclusão social e ordenamento territorial sustentável.

No município de Combinado, o ITERTINS prevê a regularização de uma área de cerca de 15.000 hectares, com expectativa de emissão de aproximadamente 350 títulos definitivos de terras. Este projeto é realizado em parceria com a Prefeitura, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o governo estadual e o governo municipal.

Existem dois sistemas do estado: um alimentado semestralmente pela Controladoria-Geral do Estado do Tocantins (CGE) e outro de posse da Casa Civil chamado TAGET, alimentado mensalmente, ambos com informações de hectares regularizados e famílias beneficiadas.

VISÃO DE FUTURO

A visão de futuro do Tocantins para o ordenamento territorial é construir um estado com 100% de suas áreas rurais regularizadas, alicerçado em uma governança fundiária que seja, em sua essência, transparente, inclusiva e sustentável.

A aspiração é consolidar a base para o desenvolvimento e segurança jurídica definitiva, com instituições modernas, processos digitais e garantia de um território valorizado a partir do ordenamento.

Desafios a serem superados

Esta seção reúne os principais desafios que cada estado enfrenta na implementação da política de regularização fundiária na Amazônia Legal.

Foto: Arquivo Secom Maranhão.

ORDENAMENTO TERRITORIAL

Os estados da Amazônia Legal têm avançado de forma consistente na busca por consenso e integração em torno da governança fundiária, reconhecendo a importância de unir esforços para garantir direitos, promover o desenvolvimento sustentável e assegurar a proteção ambiental. Essa construção coletiva tem se apoiado na identificação dos principais entraves e na busca por uma integração sistemática de dados territoriais, passo essencial para o fortalecimento de políticas públicas mais eficazes e transparentes.[5]

Foto: Arquivo Secom Pará.

Apesar dos progressos, a escassez de recursos financeiros e humanos dedicados exclusivamente à regularização fundiária plena ainda representa um desafio comum aos estados, limitando a velocidade de implementação das soluções em nível estadual e interestadual.

A coexistência de sistemas e jurisdições próprias, aliada à necessidade de legislações locais mais robustas e falta de delimitações fundiárias consolidadas, ainda gera insegurança jurídica em alguns contextos, favorecendo práticas como a grilagem, o desmatamento ilegal e a especulação de terras. Em contrapartida, cresce o movimento dos estados-membros em direção à unificação e modernização das bases de dados, com o uso de ferramentas como o Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária (SiCARF), que tem permitido digitalizar informações e dar maior agilidade à consolidação dos registros fundiários.

Esse esforço conjunto entre os nove estados da Amazônia Legal representa um avanço importante na redução de fraudes e na melhoria da governança territorial. Ainda assim, a complexidade geográfica e as barreiras institucionais e operacionais exigem soluções integradas e sustentáveis. A consolidação de um ordenamento territorial claro e preciso é condição essencial para ampliar a capacidade de planejamento estratégico e garantir a efetividade das ações públicas voltadas ao desenvolvimento e à proteção da Amazônia.

Os desafios comuns aos estados que compõe o Consórcio são:

- Sem o conhecimento de quem detém a posse e a propriedade da terra, é inviável planejar a alocação de recursos e a instalação de infraestruturas como escolas, hospitais e creches;
- A ausência de um número suficiente de servidores efetivos e com qualificação técnica adequada compromete a capacidade operacional do órgão fundiário;
- A lentidão, cobrança de taxas e interpretações normativas divergentes pelos cartórios, também representam entraves à segurança jurídica e transparência, assim como a necessidade de atualização de sistemas[6] ;
- A falta de capacidade operacional também agrava o cenário, que, pela imensidão territorial e o isolamento de muitas comunidades, traz custos elevados e logísticas complexas para a realização de vistorias e georreferenciamento;

[5] BRITO, B., & Barreto. Regularização Fundiária na Amazônia e o Programa Terra Legal. In S. Sauer & W. Almeida (Eds.), Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. (pp. 141-161). Brasília: UNB e Abaré Editorial, 2011.

[6] NASCIMENTO, Durbens Martins (Org). Regularização Fundiária Urbana na Amazônia Legal: morar, conviver, preservar - Rede Amazônia. Belém: NAEA, 2022.

- A existência de um banco de dados fundiário unificado e transparente é uma necessidade central para todos os estados. A desatualização cadastral e necessidade de retificações dificultam o controle e a organização dos territórios.

Os desafios convergem para compor um cenário complexo, no qual a grilagem e a sobreposição de títulos ainda dificultam a superação de antigas irregularidades. A superação das incertezas e indefinições passa por uma governança fundiária integrada, capaz de reduzir conflitos agrários e socioambientais, proteger comunidades tradicionais e pequenos produtores, e garantir segurança jurídica e sustentabilidade no uso do solo.

CAMINHANDO EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SOBREPOSIÇÕES DE DIREITOS E CONFLITOS FUNDIÁRIOS

Foto: Arquivo Secom Acre.

A sobreposição de direitos fundiários ocorre quando dois ou mais títulos, registros ou reconhecimentos de posse recaem sobre a mesma área territorial, gerando insegurança jurídica e disputas quanto à legitimidade da ocupação ou do uso da terra. Tal conflito pode envolver diferentes tipos de direitos (como propriedades privadas, assentamentos rurais, unidades de conservação, terras públicas ou territórios tradicionalmente ocupados) e resulta, em geral, de falhas históricas de demarcação, cadastro e inconsistências nos registros cartoriais e institucionais.

Fragilidades históricas de cadastro, sobreposição de competências e limitação de recursos técnicos e humanos contribuem para a desatualização e desconexão dos registros fundiários, criando brechas que favorecem a grilagem, a sobreposição de títulos e conflitos pelo uso da terra.

> O custo humano da falta de regularização é imensurável. Afeta, diretamente, comunidades tradicionais, grupos vulneráveis como povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, além de pequenos agricultores e proprietários maiores, personagens cruciais para manter a floresta em pé.

A sobreposição de títulos é um desafio que afeta comunidades indígenas, agricultores, pequenos produtores e o próprio poder público, comprometendo a segurança jurídica e o uso ordenado do território. Diante disso, a governança fundiária tem se tornado um ponto de união entre esses diferentes atores e os estados da Amazônia Legal, que trabalham de forma articulada para corrigir inconsistências, garantir direitos e promover uma ocupação territorial mais justa e sustentável.

BUSCANDO INTEGRAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE CADASTROS E MONITORAMENTO

A precariedade e obsolescência de sistemas e bancos de dados fundiários, além da fragilidade no monitoramento devido à falta de servidores qualificados e recursos financeiros, são os principais problemas estruturais que dificultam uma governança territorial plena neste momento. Os desafios vão desde o avanço tecnológico integrado à implementação de sistemas digitais modernos em estados onde os procedimentos ainda são executados de forma física ou em plataformas simplificadas[7].

Foto: Arquivo Secokm Rondônia.

Foto: Arquivo Secom Rondônia.

A falta de um sistema mais consistente que promova agilidade, transparência, integração e reduza conflitos é unânime em todos os nove estados. O maior entrave é encontrado nas estruturas utilizadas para cadastro e catalogação das terras, ponto de partida para qualquer processo de regularização fundiária, onde deveriam constar uma unidade de informações compartilhada entre as regiões.

Os cadastros, tanto de físico quanto social, buscam reunir informações exatas e detalhadas sobre um território, com previsão de mecanismos para aprimorar os fluxos do ordenamento pelos institutos jurídicos, como os órgãos estaduais e federais voltados à regularização de terras, cartórios de imóveis e tribunais.[8]

É a partir desses dados, por vezes identificados por matrículas, que o Poder Público pode identificar e mapear regiões (áreas de risco ou de preservação ambiental), definir loteamentos, entregar títulos de propriedade para moradores e delimitar áreas urbanas, de conservação ambiental, de comunidades tradicionais e de concessão para atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Entretanto, segundo os Institutos de Terra estaduais, mesmo com as matrículas disponíveis em cartórios de registro de imóveis e órgãos públicos, o diagnóstico consolidado ainda enfrenta problemas de inconsistência, imprecisão e morosidade devido a uma limitação compartilhada entre os Estados da Amazônia Legal: a dificuldade de determinar o real posseiro da terra com base nos requisitos de monitoramento territorial, como contratos de compra e venda, registro no Programa de Cadastro Ambiental Rural (CAR), no caso de imóveis rurais, e georreferenciamento certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).[9]

Diante da expansão dos territórios sem o devido monitoramento e a falta de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para garantir celeridade aos Processos de Regularização Fundiária, os Institutos de Terra atuam em parceria com órgãos federais e judiciários para estabelecer uma unidade concisa sobre as propriedades urbanas e rurais.

Somente a partir da integração é possível realizar o monitoramento efetivo das áreas em processo de registro legal. A partir da matrícula, do contrato de compra e venda ou de cessão da

[7] SOUZA1, E. F. de, Souza2, G.E. de .A. B, Souza3, E. C. F. de, Batista4, E. de A. O caos e conflitos fundiários na Amazônia brasileira: retrato recente da violência no campo. 2015. Disponível em: https://shre.ink/oATQ . Acesso em: 13 out.2025.

[8] Lei Nº 13.465, De 11 De Julho De 2017. Disponível em: https://shre.ink/oAd8 . Acesso em 13 out.2025.

[9] Certificação de Imóvel Rural. Disponível em: https://shre.ink/oABr . Acesso em 26 out. 2025.

terra, é possível acompanhar todo o andamento do registro público, reduzindo a possibilidade de especulação e grilagem.

RELATOS LOCAIS

O estado do **Acre** aponta que, mesmo utilizando um sistema simples de cadastro de imóveis, o Sistema de Terras do Acre (SITACRE), e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI),[10] há uma dificuldade logística e de infraestrutura para realizar retificações de matrículas e ações de planejamento. Apesar disso, busca melhorar o fluxo e o operacional para garantir os atendimentos à população.

Foto: Arquivo Secom Acre.

Por um outro lado o **Amapá** ressalta o SiCARF como uma "ferramenta vital" para a regularização fundiária, mas que necessita de aperfeiçoamento para atender demandas específicas de cada estado. Em busca de promover celeridade aos processos, o estado prevê a integração de inteligência artificial e implementação de tecnologias automatizadas para cruzamento de dados geoespaciais e identificação de inconsistências.

Foto: Arquivo Secom Amapá.

Com uma base de dados cartográfica própria, o **Amazonas** viabiliza consultas e verificação de propriedade das áreas. Com o instrumento, o estado tem trabalhado no aumento da transparência, redução de sobreposições cadastrais e maior segurança jurídica, com atualização constante das informações cadastrais e ambientais.

Foto: Arquivo Secom Tocantins.

Embora serventias extrajudiciais e cartórios de registro atuem, reconhecidamente, como verdadeiros "guardiões dos registros das terras", **Maranhão** (que também adota o SiCARF) aponta que a falta de padronização dos cartórios de registro de imóveis e de seus regimentos impactam diretamente no avanço da regularização fundiária no estado. O mesmo problema é enfrentado pelo estado do **Mato Grosso** (que adota sistemas digitais via INTERMAT), que destaca a cobrança de taxas e

Foto: Arquivo Secom Amazonas.

[10] Carta de Serviço ao Usuário - Ouvidoria Iteracre. Disponível em: https://shre.ink/oAp4 . Acesso em: 23 out. 2025.

diferentes interpretações normativas como um obstáculo para garantir a segurança jurídica e transparência.

Tanto para pequenos agricultores quanto para proprietários maiores, o **Pará** reforça a importância de modernizar a gestão dos processos para tornar a prestação do serviço público de regularização fundiária mais eficiente. O estado também ressalta que há uma sistemática necessidade, em todo o Brasil, de coordenar e trazer sinergia entre as diferentes esferas e instituições responsáveis pela gestão fundiária e ambiental; sem isso, arrisca-se criar ações desarticuladas e lacunas na implementação de políticas. Uma das ferramentas que vem apoiando o estado de maneira ímpar, porém replicável em outros estados do Norte, do Nordeste e do Sudeste do Brasil, é justamente a do SiCARF, que é a plataforma tecnológica desenvolvida pelo ITERPA, que permitiu análises e o processamento de dados necessários à regularização fundiária associada ao cumprimento do Código Florestal.

Foto: Arquivo Secom Pará.

Embora a regularização fundiária seja uma política estruturante, o estado de **Rondônia** reconhece que sua consolidação continua em processo, uma vez que, até meados da década de 1980, o território era orientado principalmente por políticas de colonização. Junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o estado atua na regularização fundiária rural, mas tem a dificuldade de sensibilizar os gestores municipais da importância da regularização urbana como uma política prioritária. Além de consultas às bases do governo federal, o estado atualmente utiliza o Geo Portal, que é sistema municipal de informações urbanas e territoriais de Porto Velho, que tem serviço de apoio às ações de todo o estado. Contudo, objetivando aprimorar a gestão, a SEPAT adquiriu e vem implantando o SiCARF, a fim de integrar dados, seja em Patrimônio, seja em Regularização Fundiária. Finalmente, um importante passo tem sido o desenvolvimento da base cartográfica do estado.

Roraima afirma que existe a necessidade de um banco de dados e de um sistema mais robusto para garantir uma gestão territorial mais consistente, promovendo maior agilidade nos processos de regularização e diminuição de conflitos. As ferramentas de operação do ITERAIMA são múltiplas, mas reconhece-se que o apoio técnico para implantação e capacitação contínua do SiCARF e para a atualização da base cartográfica seriam estratégicos para uma melhora significativa no quadro do estado. Já em **Tocantins**, vem-se investindo na descentralização do atendimento à população; contudo, o Instituto de Terras, que hoje conta com dois sistemas próprios do estado, enfrenta a falta de digitalização dos processos de regularização fundiária, o que são adversidades diante do planejamento territorial sustentável.

Trilha de soluções conjuntas

Nesta seção, os gestores dos órgãos de regularização fundiária apresentam propostas e caminhos compartilhados para fortalecer a política fundiária nos estados da Amazônia Legal, que ajudarão na construção de um novo modelo de gestão pública fundiária para o Brasil.

Foto: Arquivo Secom Acre.

A regularização fundiária na Amazônia Legal enfrenta desafios diversos, que exigem estratégias integradas, diálogo permanente e ação coordenada entre os nove estados da região.

Aqui, cada estado destaca caminhos e perspectivas para fortalecer a cooperação e ampliar a voz coletiva da Amazônia.

RORAIMA

A cooperação intergovernamental é multiplicadora de impacto.

Ações práticas propostas:

- Plataformas regionais de dados interoperáveis.
- Harmonização de marcos e procedimentos.
- Projetos conjuntos de infraestrutura sustentável.
- Agenda regional de financiamento e intercâmbio técnico.
- Fortalecer e criar espaços para maior representatividade dos entes na governança do ordenamento territorial, criando metas plurianuais.

A união dos estados fortalece a voz política da Amazônia Legal e amplia sua influência em políticas federais e negociações internacionais.

Ionilson Sampaio - ITERAIMA

AMAZONAS

A cooperação interestadual, por meio de instâncias como o Consórcio da Amazônia Legal, é vital para unir esforços em torno da regularização fundiária, harmonizar normas e ampliar a força política dos estados amazônicos.

Essa integração permite compartilhar sistemas e metodologias, construir uma frente unida contra ilícitos ambientais e fundiários; e criar um marco legal mais coerente e eficaz para toda a região.

Renata Queiroz Pinto - SECT

ACRE

Nenhuma regularização fundiária é igual à outra — cada realidade impõe desafios próprios. Embora alguns métodos possam ser comuns, as soluções precisam respeitar as particularidades locais. Pensar em uma metodologia regional, deixando de lado visões genéricas, é essencial para garantir terra digna e justa para todas as comunidades.

Gabriela Ramos Câmara - ITERACRE

RONDÔNIA

A integração regional é essencial para superar desafios comuns e ampliar a efetividade das ações de ordenamento territorial.

Principais frentes de cooperação: transferência de glebas e arrecadação de áreas devolutas, com uniformidade e poder político ampliado.

Regularização de unidades de conservação e zoneamento ecológico integrado.

A articulação entre estados fortalece a voz da Amazônia Legal, otimiza recursos e promove soluções conjuntas e duradouras.

David Inácio dos Santos Filho - SEPAT

AMAPÁ

A cooperação entre estados é o caminho mais eficaz para superar desafios sistêmicos e fortalecer a governança fundiária da Amazônia Legal. Três dimensões se destacam:

- Voz política ampliada: união via Consórcio Amazônia Legal para defender pautas comuns, descentralizar a gestão fundiária e influenciar políticas nacionais.
- Soluções técnicas conjuntas: padronização de dados, intercâmbio tecnológico e uso de IA para acelerar a governança digital.
- Captação de recursos: apresentação de projetos regionais a fundos nacionais e internacionais, com maior escala e segurança jurídica para investidores.

Jorge Rafael Barbosa Almeida
Amapá Terras

PARÁ

A cooperação interestadual é o eixo que sustenta o protagonismo dos estados, e o fortalecimento institucional e técnico da governança fundiária.

Com sistemas como o SiCARF, o Pará tem liderado iniciativas de modernização da regularização fundiária, a integração de dados e a padronização de procedimentos.

O intercâmbio entre estados permite replicar modelos bem-sucedidos, harmonizar legislações e criar uma frente unificada de combate a ilícitos e incentivo à regularização sustentável.

Bruno Kono - ITERPA

MARANHÃO

A atuação conjunta entre os estados amazônicos é estratégica para fortalecer a governança fundiária e o ordenamento territorial.

A cooperação permite harmonizar cadastros, reduzir conflitos e combater a grilagem, além de integrar políticas de regularização e zoneamento ecológico-econômico.

Juntos, os estados constroem uma visão regional de uso e ocupação do solo, conciliando conservação ambiental, produção sustentável e direitos das populações tradicionais.

Anderson Pires Ferreira - ITERMA

TOCANTINS

A cooperação regional fortalece a troca de boas práticas, articula políticas públicas integradas e amplia a representatividade dos estados amazônicos na formulação de soluções conjuntas.

Trabalhar em rede é o caminho para construir um futuro fundiário mais justo, sustentável e coordenado em todo o território da Amazônia Legal.

Herbert Brito Barros - ITERTINS

MATO GROSSO

A Amazônia Legal se fortalece quando atua como um bloco. A trilha de cooperação interestadual amplia a voz regional, promove o compartilhamento de boas práticas e viabiliza soluções conjuntas para o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental e o avanço da regularização fundiária.

Essa união é fundamental para garantir segurança jurídica, uso ordenado do solo e proteção das comunidades locais.

Francisco Serafim de Barros - INTERMAT

A cooperação interestadual não é apenas uma estratégia — é a base para uma governança fundiária moderna, justa e sustentável.

A união dos nove estados amazônicos amplia o poder político, técnico e institucional da região, transformando desafios históricos em soluções compartilhadas para o futuro da Amazônia Legal.

Vanessa Duarte - Diretora Executiva

COMPROMISSO COM FUTURO

CARTA DOS ÓRGÃOS DE TERRA DA AMAZÔNIA LEGAL

Por uma Governança Fundiária integrada, justa e sustentável

Os órgãos de terras dos nove estados da Amazônia Legal — Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins — reunidos no âmbito da Câmara Setorial de Governança Fundiária do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, reafirmam seu compromisso com a construção de uma governança fundiária sólida, integrada e socialmente justa, elemento essencial para o futuro sustentável da região e do país.

A Amazônia abriga um dos mais vastos mosaicos fundiários do Brasil. Nela interagem florestas públicas, terras indígenas, assentamentos, unidades de conservação, áreas de agricultura familiar e grandes empreendimentos. Nesse contexto, a regularização fundiária se impõe como um ato que vai muito além de uma ação administrativa, e se eleva como a consecução de garantia de justiça social e de pacificação territorial, capaz de garantir segurança jurídica, fomentar a produção sustentável e fortalecer as comunidades que vivem e cuidam da floresta.

Inspirada nas Diretrizes Voluntárias da FAO para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais, a Câmara Setorial reafirma — em continuidade e fortalecimento da Carta de Belém, de 2024 — que a governança fundiária deve se basear em princípios de cooperação interfederativa, fortalecimento institucional, transparência, equidade de gênero, valorização dos povos e comunidades tradicionais, combate ao desmatamento e mitigação das mudanças climáticas.

A regularização fundiária, em sua dimensão mais ampla, é também uma política de clima, biodiversidade e inclusão social, essencial para garantir direitos e construir um modelo de desenvolvimento que garanta justiça e sustentabilidade.

Os órgãos estaduais de terra da Amazônia Legal defendem, de forma unificada, uma agenda comum entre os entes federativos que reconheça o papel estratégico da região e assegure meios efetivos para a consolidação de políticas fundiárias estruturantes, visto que a regularização fundiária é base fundamental na qual se edificam políticas públicas econômicas, sociais e da agenda climática, com fundamento em seis eixos prioritários:

1 **Financiamento estruturante e permanente** para as ações de regularização fundiária, com orçamento compatível à escala do desafio amazônico e estímulo à captação de recursos junto a organismos nacionais e internacionais;

2 **Instituição de uma Política Nacional de Governança da Terra e de um Programa Nacional de Regularização Fundiária**, com diretrizes unificadas, execução compartilhada e protagonismo dos estados e municípios;

3 **Fortalecimento institucional dos órgãos estaduais**, com criação de uma instância nacional representativa que articule políticas, projetos e cooperação técnica e internacional, bem como a valorização dos colabores que integram os seus quadros;

4 **Modernização tecnológica e interoperabilidade de sistemas**, consolidando plataformas integradas como o **SINARF** e o **SiCARF**, para garantir celeridade, segurança e transparência aos processos de titulação;

5 **Capacitação, inovação e parcerias,** com formação técnica continuada, articulação com universidades e estímulo à adoção de tecnologias geoespaciais e soluções digitais para a gestão territorial;

6 **Integração plena com o sistema registral imobiliário**, assegurando que a titulação resulte em segurança jurídica efetiva, com interoperabilidade e digitalização do registro eletrônico de imóveis.

Esses compromissos expressam uma visão compartilhada: a de que regularizar a terra é reconhecer direitos, reduzir desigualdades e inseguranças, tal como garantir o desenvolvimento sustentável.

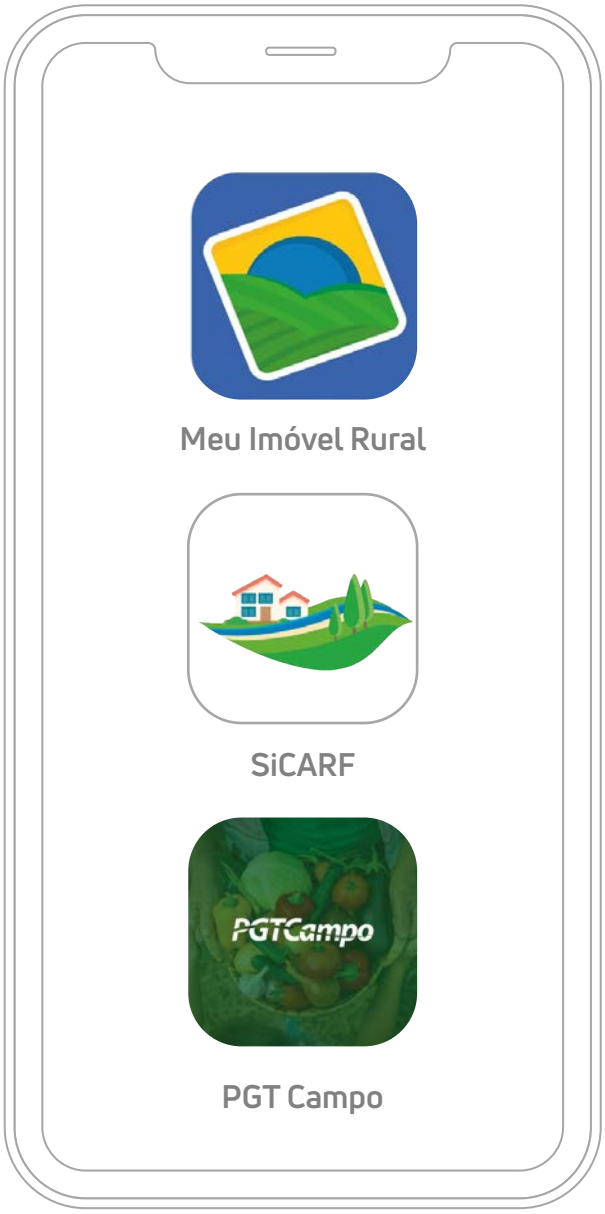
A Amazônia não pode esperar. Cada título emitido é também um passo na direção da justiça social, da conservação ambiental e da segurança alimentar.

Esse manifesto emite nosso desígnio pela continuidade de uma agenda comum e de igual modo o amadurecimento de uma cooperação interfederativa inédita em torno da governança fundiária. Assumir este compromisso é neste momento reconhecer os avanços alcançados, os desafios persistentes e a urgência de consolidar um sistema fundiário mais moderno, inclusivo e sustentável, capaz de responder às realidades complexas do território amazônico e aos compromissos climáticos e sociais do Brasil.

Assim, em respeito à Carta de Belém, assinada dia 10 de dezembro de 2024, reafirmamos o nosso compromisso por uma Amazônia Legal justa, integrada e sustentável, seguimos juntos; estados, instituições e sociedade, comprometidos com o futuro que queremos e precisamos construir.

Assinam esta carta os órgãos estaduais de terra da Amazônia Legal, reunidos na Câmara Setorial de Governança Fundiária do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.

FERRAMENTAS E APOIO AO LEITOR - RECURSOS ADICIONAIS:



Aplicativos recomendados:

- **Meu Imóvel Rural:**
Do Governo Federal, que possui informações e documentos necessários para regularização

---

- **SiCARF:**
Aplicativo que facilita o cadastramento de moradores e áreas para a regularização.

- **PGT Campo:**
Substitui o aplicativo "Titula Brasil" e é voltado para a regularização fundiária de imóveis rurais.

AGRADECIMENTOS

Cada estado da Amazônia Legal possui um papel ímpar na construção de um Brasil mais desenvolvido, igualitário e com mais oportunidades. Portanto, está cartilha cumpre um objetivo fundamental no planejamento estratégico do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal.

Ela é resultado de um árduo trabalho de todos os estados da Amazônia Legal, em especial, de todos os técnicos e gestores dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, que não mediram esforços em reunir informações e detalhar ações da sua região para o desenvolvimento conjunto deste documento.

A consolidação deste material reafirma a defesa dos direitos de todos os que vivem e trabalham na Amazônia,reconhecendo que suas vozes têm a potência de impulsionar o progresso e de atrair parcerias para fortalecer a regularização, a fiscalização e o monitoramento fundiário, em favor de um desenvolvimento territorial mais justo e sustentável.

Agradecemos a todos que contribuíram para a realização deste material. Sobretudo, por estarmos em um ano importante, no qual a Amazônia sedia a 30a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Acreditamos que o diagnóstico e conjunto de pretensões deste documento servirá como verdadeiro manifesto sobre essa tão essencial política, pedra angular para a execução de planos e programas dedicados ao desenvolvimento e proteção da Amazônia e, finalmente, à garantia do futuro das próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ACRE. Carta de serviço ao usuário – Ouvidoria Iteracre. Disponível em: https://iteracre.ac.gov.br/wp-content/uploads/2025/06/Carta_de_Servicos___ITERACRE.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

ACRE. União entre Deracre, SPU, Iteracre e Bombeiros busca destravar áreas públicas em Xapuri. Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/uniao-entre-deracre-spu-iteracre-e-bombeiros-busca-destravar-areas-publicas-em-xapuri/. Acesso em: 23 out. 2025.

ALVES, Fábio (org.). A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia. Amazônia: IPEA, 2016.

A infraestrutura essencial como pilar da regularização fundiária urbana. Disponível em: https://geourbes.com/artigos/a-infraestrutura-essencial-como-pilar-da-regularizacao-fundiaria-urbana/. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL 2025. União transfere 2,5 milhões de hectares ao Amapá. Disponível em:https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/uniao-transfere-2-5-milhoes-de-hectares-ao-amapa. Acesso em: 25 out. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Bioeconomia: a ciência do futuro no presente. Disponível em: https://www.embrapa.br/tema-bioeconomia/sobre-o-tema. Acesso em: 24 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). Estado da arte da governança fundiária da Amazônia Legal. Brasília: Câmara de Governança Fundiária do Consórcio da Amazônia Legal, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Certificação de imóvel rural. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/certificacao-imoveis. Acesso em: 26 out. 2025.

KONO, Bruno. A regularização fundiária rural do século 21: a inovação e o desenvolvimento tecnológico fundiário como base para concretização da agenda climática no Brasil. In: MARTINS, Andréia de Mello (Coord.). Comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas: impactos e soluções na agenda climática. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2025. p. 43-57. (Diálogos pelo Clima, 3). ISBN 978-85-89368-50-6. Colaboradores: Flávio Ricardo Albuquerque Azevedo, Mariceli Nascimento Moura, Gabriel Ferreira Natário e Fernanda Jorge Sequeira.

KONO, Bruno; AZEVEDO, Ricardo; KONO, Paula D'Oliveira. Reflexões sobre a importância do título de terra e do registro de imóveis para viabilização do financiamento climático: desafios e oportunidades. In: FIGUEIRA, Paulo Sérgio Sampaio; DEVISATE, Rogério Reis (Coord.). Direito agrário e ambiental da Amazônia brasileira: peculiaridades regionais. Porto Alegre: UBAU, 2025. cap. 10, p. 475-499. E-book. ISBN 978-65-997361-4-8.

KONO, Bruno; NATÁRIO, Gabriel; SEQUEIRA, Fernanda; SAVIAN, Gabriela; MOURA, Mariceli; POÇA, Raquel; REIS, Rafaela; AZEVEDO, Ricardo. O impacto da regularização fundiária na economia verde. Stanford Social Innovation Review Brasil: Especial Amazônia, São Paulo, n. 3, p. 22-23, 2025. Edição patrocinada. Disponível em: https://ssir.com.br. Acesso em: 4 nov. 2025.

MAPBIOMAS BRASIL. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/estatisticas/. Acesso em: 15 out. 2025.

NASCIMENTO, Durbens Martins (org.). Regularização fundiária urbana na Amazônia Legal: morar, conviver, preservar – Rede Amazônia. Belém: NAEA, 2022.

CONTATOS

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal

CNPJ: 33.733.453/0001-86

Setor de Autarquias Sul – SAUS, Quadra 01, Lote 3 e 5, Bloco I, Sala 202, Sobreloja, CEP: 70.070-010, Asa Sul, Brasília-DF

(61) 2099-0036
secex@consorcioamazonialegal.gov.br
@consorcioamazonialegal_
www.consorcioamazonialegal.gov.br

PRODUÇÃO

Flor Comunicação & eventos

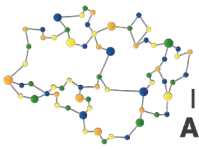
Carla Maria Reis Ferreira
Patrique Xavier de Lima
Direção executiva

Cássia Lima
Iago Fonseca
Pesquisa e redação

Lucas Teixeira
Projeto gráfico e diagramação

Foto: Arquivo Secom Amapá - Max Renê.

Realização



CONSÓRCIO
INTERESTADUAL
AMAZÔNIA LEGAL

Consultoria

FLOR
comunicação
e eventos